



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL  
INSTITUTO DE QUÍMICA

ANGÉLICA PIRES BELCHIOR DOS SANTOS

A ATUAÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO COMANDO DA  
AERONÁUTICA – COMAER NOS DESASTRES AMBIENTAIS

Niterói

2018

ANGÉLICA PIRES BELCHIOR DOS SANTOS

**A ATUAÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO COMANDO DA  
AERONÁUTICA – COMAER NOS DESASTRES AMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão na modalidade artigo apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Defesa e Segurança Civil.

Área de concentração: Planejamento e Gestão de Eventos Críticos. Linha de Pesquisa: Vulnerabilidades humanas, socioeconômicas e ambientais a desastres.

Orientadora:

Prof. Antenora Siqueira da Mata, D.Sc.

Niterói

2018

i

ANGÉLICA PIRES BELCHIOR DOS SANTOS

**A ATUAÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO COMANDO DA  
AERONÁUTICA – COMAER NOS DESASTRES AMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão na modalidade artigo apresentado ao Curso de Mestrado Profissional em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Defesa e Segurança Civil.  
Área de concentração: Planejamento e Gestão de Eventos Críticos. Linha de Pesquisa: Vulnerabilidades humanas, socioeconômicas e ambientais a desastres.

Aprovado em:

Banca Examinadora

---

Professora Antenora Siqueira da Mata, D.Sc.  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Professora Adriana Soares Dutra, D.Sc.  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Professora Valeria Pereira Bastos, D.Sc.  
Pontifícia Universidade Católica – RJ

Niterói

2018

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos a Deus, porque em todas as coisas e até aqui me ajudou. Inúmeras são as pessoas que tenho que agradecer, pois elas representam o incentivo para chegar ao mestrado, aproveitá-lo ao máximo e, consecutivamente, são partícipes no processo de troca de conhecimento ao longo desses dois anos.

Agradeço ao meu pai, Alexandre Belchior, por inúmeras vezes incentivar o meu ingresso neste mestrado, acreditando que minha trajetória profissional e o Serviço Social podem contribuir para o debate sobre desastres e para o trabalho na política de Defesa Civil.

Ao meu esposo, Fábio Moreira, por estar ao meu lado do início ao fim, por vibrar comigo e acreditar no sucesso deste caminho escolhido.

Aos meus avós, Nelsino Belchior, Elazir Belchior e Natividade Pires (*in memoriam*), que sempre foram como meus pais, tão queridos e grandes apoiadores no meu processo de formação e capacitação.

Agradeço à minha querida Aline Rocha, ex-supervisora de estágio, amiga que me apoiou imensamente, na construção do projeto para seleção deste mestrado e tem sido grande inspiração para manter o foco na linha de chegada.

À Professora Antenora, que me orientou e a todo o momento clareou os caminhos deste estudo, incentivando sua continuidade.

À Professora Valéria Bastos, por ter aceitado fazer parte da banca, e por ter contribuído neste trabalho com informações valiosíssimas sobre o Comando da Aeronáutica – COMAER, sobre sua história e experiência nesta Força e, através da cessão de materiais históricos que consubstanciaram este artigo.

À Professora Adriana Dutra, por ter aceitado fazer parte da banca, a qual me inspirou a tecer um olhar mais crítico sobre o conteúdo que aqui foi possível reunir, contribuindo de forma mais qualificada para a comunidade acadêmica e para a categoria do Serviço Social.

À Universidade Federal Fluminense – UFF por me acolher, em mais um curso de pós-graduação acadêmica, por ser um espaço de alargamento de fronteiras, de ganho e construção de conhecimentos. Espero poder desfrutar deste espaço educacional em muitas e muitas outras oportunidades.

Às minhas colegas que se tornaram amigas do mestrado, Talita Lopes, Daniele e Thaís. Agradeço as conversas, as dicas, o esclarecimento de dúvidas, as brincadeiras, o apoio nos Congressos e nas apresentações de trabalhos.

Aos assistentes sociais do Comando da Aeronáutica – COMAER que abriram as portas para que eu pudesse estudar sua prática profissional. Agradeço por representarem o Serviço Social tão bem e fazer história dentro desta renomada instituição.

Aos grupos populacionais afetados pelos desastres ocorridos no Brasil, às comunidades e populações que esperam dias melhores. Aos usuários dos programas e projetos de prevenção, resposta e recuperação em desastres, nos quais o Serviço Social emprega sua prática em prol da promoção dos direitos sociais.

A caminhada não para por aqui. Espero poder contribuir com a comunidade acadêmica, com uma prática qualificada, crítica e criativa.

Agradeço a todos por me ajudarem, pelo incentivo e por acreditarem que eu chegaria no final. Sem vocês tudo seria bem mais difícil.

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, pois Dele e para Ele são todas as coisas. Ao meu pai, Alexandre; ao meu amigo e marido, Fábio, por acreditar em mim e me apoiar incondicionalmente.

## RESUMO

O que se convencionou apresentar neste trabalho, entre outros aspectos importantes é a análise sobre atuação dos assistentes sociais do Comando da Aeronáutica – COMAER com a dinâmica processual dos desastres ambientais. Tendo em vista realizar tal análise, partiu-se do debate sobre o conceito de desastre, a partir das Ciências Sociais e de uma profissão das Ciências Sociais Aplicadas. Através deste trabalho buscou-se destacar a relevância do trabalho da assistente social no contexto dos desastres ambientais, por sua atuação com populações em situação de desigualdade social e por sua capacidade de compreender as relações sociais, o perfil e o contexto socioeconômico, bem como os conflitos oriundos dos desastres ambientais. Diante disto, a intencionalidade é responder como se dá o trabalho dos Assistentes Sociais do COMAER no âmbito dos desastres ambientais. O caminho metodológico seguido consistiu na realização de fases exploratórias compostas de levantamento bibliográfico e análise de informações colhidas através de entrevista e documentos. Para isto, toda pesquisa foi baseada na pesquisa qualitativa, na qual se adotou um ciclo de pesquisa que envolveu método, técnica, conceitos e análise. A partir do objeto de pesquisa adotado, o trabalho da assistente social no contexto dos desastres ambientais, foi escolhido como campo de pesquisa o Comando da Aeronáutica – COMAER. A conclusão principal deste estudo foi que o Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER é um espaço sócio-ocupacional que se insere no contexto dos desastres e vem sendo convocado a atuar em eventos de crise aguda e/ou no pós-impacto dos desastres, o que tem levado este profissional a compor equipes de nas missões, que as Forças Armadas são convocadas como forças subsidiárias.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Comando da Aeronáutica. Desastres ambientais.

## ABSTRACT

What is agreed to present in this work, among other important aspects is the analysis on the performance of the social workers of the Aeronautics Command - COMAER with the procedural dynamics of environmental disasters. In order to carry out this analysis, we started with the debate on the concept of disaster, starting with the Social Sciences and a profession of Applied Social Sciences. This work aimed to highlight the relevance of the work of social workers in the context of environmental disasters, their work with populations in a situation of social inequality and their ability to understand social relations, profile and socioeconomic context, as well as conflicts arising from environmental disasters. In view of this, the intentionality is to respond as the work of COMAER Social Assistants in the context of environmental disasters. The methodological path followed consisted in the accomplishment of exploratory phases composed of bibliographical survey and analysis of information collected through interviews and documents. For this, all research was based on qualitative research, in which a research cycle was adopted that involved method, technique, concepts and analysis. From the object of research adopted, the work of the social worker in the context of environmental disasters, the Aeronautics Command - COMAER was chosen as the research field. The main conclusion of this study was that the Social Service of the Aeronautics Command - COMAER is a socio-occupational space that is inserted in the context of disasters and has been called to act in events of acute crisis and / or post-impact of disasters, which has led this professional to compose teams of missions, that the Armed Forces are called as subsidiary forces.

**Keywords:** Social Service. Aeronautics Command. Environmental Disaster.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ACISO	Ações Cívico Social
AFA	Academia da Força Aérea
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPEs	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASFA	Comissão de Assistência Social das Forças Armadas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMPDEC	Coordenaria Municipal de Proteção e Defesa Civil
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DASM	Diretoria de Assistência Social da Marinha
DESAS	Departamento de Saúde e Assistência Social
DIRINT	Diretoria de Intendência
FAB	Força Aérea Brasileira
FAS	Fundo de Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
HCA	Hospital Central da Aeronáutica
ICA	Instrução de Comando da Aeronáutica
MD	Ministério da Defesa
NPA	Norma Padrão de Ação
NUSESO	Núcleos do Serviço Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OM	Organizações Militares
PASIC	Programa de Ações Sociais Integradas do COMAER
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
PROFESP	Programa Forças no Esporte
RAS	Recurso da Assistência Social
SAS	Sistema de Assistência Social
SDEE	Subdiretoria de Encargos Especiais



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. CONSIDERAÇÕES DO MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. OBJETIVO GERAL.....</b>	<b>18</b>
<b>1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....</b>	<b>18</b>
<b>1.4. METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>1.5. RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 2 - AS FORÇAS ARMADAS E AS DIRETRIZES DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM DESASTRES.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1. A ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS.....</b>	<b>24</b>
<b>2.2. AS DIRETRIZES DO SERVIÇO SOCIAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA – COMAER</b>	<b>31</b>
<b>2.3. O SERVIÇO SOCIAL DO COMANDO DA AERONÁUTICA – COMAER.....</b>	<b>34</b>
<b><u>2.3.1 A Política de Assistência Social do Comando da Aeronáutica – COMAER.....</u></b>	<b><u>45</u></b>
<b>CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE DESASTRES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA AÇÃO REALIZADA NO COMAER .....</b>	<b>51</b>
<b>3.1. SERVIÇO SOCIAL E DESASTRES NA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL .....</b>	<b>51</b>
<b><u>3.2.1. A atuação do Serviço Social no contexto da missão humanitária no Haiti em 2010.....</u></b>	<b><u>75</u></b>
<b><u>3.2.2. A atuação do Serviço Social no interior do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2011.....</u></b>	<b><u>78</u></b>
<b><u>3.2.3. O trabalho em Cáceres/Mato Grosso no ano de 2012 .....</u></b>	<b><u>80</u></b>
<b>CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>85</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>90</b>

## CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

### 1.1. Considerações sobre o Marco Teórico

A produção técnica e científica e o estudo sobre o tema “desastre ambiental” têm avançado no século XXI, num debate recente e que tem muito a se expandir no Brasil, principalmente entre as disciplinas relacionadas às Ciências Sociais. Cada vez mais os estudiosos buscam investigar os fenômenos relacionados aos desastres, e de alguma forma, estes estudos preenchem lacunas existentes por questões oriundas desses contextos.

Quarantelli (2015) chama a atenção para a necessidade de se promover grandes avaliações, para que ocorram grandes avanços científicos, ou seja, se existe uma vasta base de investigação sobre determinado objeto de estudo, torna-se fundamental pensar no que se poderia fazer de diferente. De acordo com este autor, novos conhecimentos exigem questões novas ou pelos menos diferentes daquelas abordadas até agora.

O termo “desastre”, bem como outros como “áreas de risco”, “remoções” e “realocação de famílias” são comuns no cotidiano dos profissionais que atuam nas políticas urbanísticas e habitacionais que visam à promoção do direito à cidade. Cientistas sociais, arquitetos, urbanistas, engenheiros e assistentes sociais no cotidiano da operacionalização dos programas e projetos dessas políticas se deparam com as questões que perpassam a sociedade e são expressas através de tais nomenclaturas.

Foi a vivência da autora em trabalhos nas políticas urbanas que motivou o desenvolvimento deste estudo. Como assistente social graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, desde 2010, com experiência em saúde pública, se especializou em gerenciamento de projetos pela Universidade Federal Fluminense – UFF, em 2014. Esta formação possibilitou atuar com trabalhos técnicos sociais em projetos de regularização fundiária, planejamento urbano, programas habitacionais e desenvolvimento de diagnósticos socioeconômicos em territórios urbanos e rurais no Estado do Rio de Janeiro e outros municípios brasileiros.

Em todas essas oportunidades de atuação profissional foi possível observar e se deparar com barreiras para o desenvolvimento dos trabalhos, relacionadas às chamadas “áreas de risco” e a ocorrência de impactos que interferem no cotidiano das comunidades de territórios inteiros. Outras barreiras eram os conflitos gerados pelo não nivelamento das informações e a falta de diálogo entre técnicos de obras, das Defesas Cíveis e dos poderes municipais e estaduais. Todas essas questões tomavam a frente dos objetivos dos programas e

projetos habitacionais e da proposta de trabalho social, pois seus usuários desejavam debater e tratar das pendências relacionadas ao impacto ambiental e social que haviam sofrido.

Tais questões despertaram que, para além da compreensão da política de habitação, é necessário entender a dinâmica processual dos desastres, uma vez que interfere no cotidiano da sociedade e no funcionamento das políticas públicas e sociais legitimadas. Do mesmo modo, se faz necessário entender como tem se realizado a atuação da assistente social nesta área específica, uma vez que o Serviço Social é uma profissão generalista, que capacita seus profissionais para trabalhar na articulação e promoção de direitos, principalmente com as camadas populares que têm, historicamente, dificuldades de acesso a seus direitos.

A experiência da autora em pesquisas de iniciação científica, na graduação em Serviço Social, nas quais investigava a imagem e autoimagem dos discentes e docentes do Serviço Social, também motivou estudar a atuação deste profissional no âmbito dos desastres ambientais. A autora compreendeu que o debate sobre desastres e os espaços sócio-ocupacionais que têm sido abertos para trabalhar nesta área atuação pode ser objeto de estudo para a categoria.

Segundo Quarantelli (2015), tem sido cada vez mais necessário que os cientistas sociais pesquisem mais sobre desastres. Neste sentido, as assistentes sociais desenvolvem e/ou participam de pesquisas científicas e do alargamento das fronteiras do trabalho social. Abordar o conceito de desastres ambientais é importante para apresentar uma leitura crítica, tendo em vista problematizar a conceituação hegemônica sobre a temática.

A conceituação de desastres, na bibliografia levantada, ainda é um desafio, pois não há uma unidade sobre o conceito. Ainda assim, ter uma melhor compreensão conceitual sobre o tema pode ajudar a evitar problemas sérios na concepção e realização das pesquisas de um modo geral.

Sobre a diversidade de conceituação sobre desastres, Quarantelli afirma que

Quanto maior e mais diferenciada for a rede social utilizada – e um conceito muitas vezes representa uma teia de palavras –, maior a certeza de que encontraremos mais aspectos não-positivos. Dizemos isso para destacar o ponto de que as questões conceituais e de definição não são questões secundárias, mas estão no cerne do que buscamos em nossos estudos (QUARANTELLI, 2015, p. 30).

Diante disto, o conceito de desastres não será tratado como algo secundário, mas o cerne deste trabalho para entender outras questões, como o contexto e as relações sociais nas quais se dão a atuação profissional da assistente social.

No leque dos conceitos e categorias que estão associados à definição de desastres,

Quarantelli (2015) chama a atenção para a necessidade de dissociar “desastre” de “risco”, disponibilizando um foco maior e mais explícito sobre os desastres. A escolha da palavra a ser utilizada também consiste em um direcionamento estratégico, pois ela traz os pressupostos cruciais e o ponto de partida sobre o qual se vai trabalhar. O autor defende esta abordagem afirmando que:

Um foco nos desastres chama a atenção para a natureza social de tais acontecimentos; um foco nos riscos tende a enfatizar os fenômenos físicos e naturais. Com raras exceções, pouco pode ser feito sobre esses últimos, muito pode ser feito sobre o primeiro. O que tem de ser diminuído, ou pelo menos reduzido, são os acontecimentos sociais negativos que são chamados de desastres (idem, 2015, p. 40).

O mesmo autor sinaliza que não se pode fazer confusão em se achar que os riscos levam aos desastres, visto que o perigo pode existir. No entanto à medida que ele existe, representa um fator e não quer dizer que seja o mais importante. A relação risco e desastre, com base na diferenciação delineada por Quarantelli (2015), pode ser vislumbrada nas situações de fome, desastres tecnológicos e ataques terroristas.

Os desastres não acontecem somente pelo fator risco, mas segundo Quarantelli (2015) ocorrem a partir do resultado da ação do homem. O autor afirma que este é o ponto coerente na visão dos estudiosos em ciência social e enfatiza que as características dos desastres, no passado, no presente e no futuro se originam de atores sociais e é esta a base da qual se deve partir no planejamento e gestão de desastres. Ao defender seu ponto de vista, justifica afirmando que:

Desastre não é um acontecimento físico (...) trata-se de um acontecimento social. Assim, não é apropriado falar em desastres “naturais” como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades (curiosamente, esse aspecto é sempre reconhecido no caso de desastres tecnológicos). Por exemplo, inundações, terremotos e outros chamados “agentes naturais” de desastres têm consequências sociais somente por causa das atividades desenvolvidas pelas comunidades (...).(…) (ibidem, 2015, p. 41).

Destaca-se que, em sua maioria, os técnicos das áreas de exatas (engenheiros, geólogos etc.) são responsáveis pela avaliação de mapas de risco, um tipo de avaliação técnica. Entretanto, não se pode desconsiderar as dimensões sócio-históricas dos territórios analisados. Partindo de um único saber e olhar técnico, torna-se difícil a passagem das informações para os grupos populares, dificultando sua mobilização e possibilidades de criar argumentos, o que resulta em deslocamentos voluntários, remoções compulsórias e outras intervenções habitacionais e urbanísticas, que desconsideram as relações sociais, hábitos e

vínculos com o território. Há também críticas aos mapeamentos uma vez que pesquisadores identificam a ênfase às práticas higienistas que contribuem para demarcação das chamadas “áreas de risco” e, no imaginário social podem ser confundidas com “áreas carentes”, reportando de uma só vez as condições territoriais, socioeconômicas e políticas dessas áreas (VALENCIO, 2009, p. 35)

Com base neste raciocínio, passa-se a compreender que definir o que são desastres envolve considerar relações sociais e interpretá-los como um conjunto de processos, que desencadeia num período em que pode acontecer uma “crise social” <sup>1</sup>(QUARANTELLI, 1989 apud VALENCIO, 2009, p. 37).

Mesmo que entre os autores e pesquisadores de desastres não exista um consenso sobre o seu conceito, é impossível negar que existe um paradigma implícito nesta área, que envolve uma série de noções inter-relacionadas. Para Quarantelli (2015, p.37) duas noções sobre este paradigma são fundamentais. A primeira é que “os desastres são fenômenos sociais” e a segunda é que “as origens dos desastres encontram-se na estrutura social ou no sistema social”.

Para o autor, se os estudiosos levassem a sério a primeira noção, notariam que os processos associados ao momento do desastre também são inerentemente sociais. Do mesmo modo que o tempo e o espaço geográfico deveriam ser considerados tempo e espaço geográfico e social, tendo a finalidade de avaliar esses aspectos no desastre. Segundo Quarantelli (2015, p. 38), a utilização dos conceitos tempo social e de espaço social forçaria pensar o fenômeno “desastre de forma diferenciada de tempo cronológico e o espaço geográfico, como outros estudiosos vêm utilizando”. As análises seriam mais consistentes, com a compreensão de que a sua centralidade está na passagem do tempo e espaço sociais.

Quando Quarantelli (2015) destaca que os desastres estão enraizados na estrutura social, o que se quer dizer é que eles são consequências das mudanças sociais, uma vez que a estrutura social remete a um recorte feito por estudiosos em um determinado ponto do tempo.

O autor ilustra a relação entre desastre e mudança social, ao utilizar os países desenvolvidos e em desenvolvimento como exemplo. Ele faz um paralelo para dizer que, para os países em desenvolvimento, o processo de desenvolvimento é mais evidente por ainda enfrentarem fenômenos como a fome e a seca, por exemplo, que nomeiam e compreendem ser

---

<sup>1</sup> Valencio (2009, p.37) ao definir o que é desastres, utiliza o termo “crise social” para esclarecer que se trata de um indicativo de uma situação coletiva de estresse, na qual acontece a ruptura do funcionamento de um grupo num determinado território, em período de tempo que pode ser chamado de “crise social”. Desta forma, reforça-se a afirmação de que o desastre é próprio da dinâmica social.

parte constitutiva dos desastres. O ponto de partida deve ser de pressupostos teóricos de que os desastres estão intrinsecamente vinculados às mudanças sociais. Desta forma, os estudiosos estarão mais preparados para explicar este fenômeno e os comportamentos dos indivíduos envolvidos nele. A dinâmica social e os processos das comunidades e sociedades serão mais bem utilizados para obter respostas, mas deve-se ter cuidado para não reiterar a estrutura social sem criar possibilidades de mudanças de paradigmas.

A partir do olhar histórico interpretativo, é possível identificar as dimensões política, econômica e social como influenciadoras na dinâmica social e da origem do desastre. É no seio da sociedade que é produzido o desastre e não somente através de suas vulnerabilidades (MARANDOLA; HOGAN, 2004). O desastre tem ligação com todos os fatores associados. O termo desastre pode indicar uma situação de ruptura do funcionamento coletivo na sua base territorial; representa um período de crise social. Essa ruptura pode ser provocada por considerações políticas de maior ou menor nível, que afetam o território e sua população de forma material, física e moral (QUARENTELLI, 1989 apud VALENCIO 2009a).

Delinear uma definição para o que é o desastre e como ele se origina dependerá da análise histórica. De acordo com Valencio (2009), os parâmetros temporais de curto prazo não explicam a devastação ocorrida, mas estes deveriam convergir com as sequências de eventos recentes. No caso brasileiro seria útil principalmente nos eventos sucessivos relacionados às chuvas, onde se assistem as expressões da distribuição desigual das riquezas. Nestes eventos, observa-se que as populações empobrecidas afetadas sofrem com as crises sociais e as rupturas supracitadas pela autora.

A partir da apreciação das causalidades que levam ao desastre, Valencio (2009) explicita que o evento reúne aspectos como perdas humanas, econômicas e ambientais e a superação da capacidade de reconstrução dos afetados. A referida autora aponta que, de um modo geral, na tentativa de definir o que é um desastre, os pesquisadores deixam em aberto os questionamentos sobre os conteúdos das relações sociais. Por esta razão é importante enfatizar que:

A compreensão dos desastres para a Sociologia focaliza centralmente a estrutura e dinâmica social que, num âmbito multidimensional e multiescalar, dá ensejo a variadas interpretações acerca das relações sociais territorial, institucional e historicamente produzidas (VALENCIO, 2009, p.5).

Logo, definir e avaliar os modos de intervenção territorial, em situação de desastre não pode acontecer orientado por uma visão simplificadora do meio social. Segundo a pesquisadora, os órgãos de Defesa Civil naturalizaram as manifestações sociais e trabalham

gerando uma aparente noção de resposta às situações de desastre, inerente às práticas e técnicas. Desconsidera-se o contexto social e as formas de intervenção social que podem ser utilizadas para abordagem e acolhimento dos desabrigados.

Ela faz uma analogia com a mitologia grega, para demonstrar que diante da fragmentação das definições é importante compreender qual a conceituação adotada pela Sociologia. Neste sentido, acaba por corroborar as definições, por ela mesma adotadas, entendendo que no âmbito das Ciências Sociais, o desastre se estabelece na estrutura e na dinâmica social, permeado pelas relações sociais, vínculos e hábitos do território, bem como pelos traços históricos que caracterizam o desenvolvimento socioeconômico de determinada população.

O termo desastre pode indicar desde uma situação coletiva de *stress*, com ruptura do funcionamento de um grupo na sua base territorial, a um período de crise social. Sob esse ângulo, o desastre é visto como um fenômeno próprio à dinâmica social e, assim sendo, é no interior da mesma que se identifica os limites da ação técnica seja na evitação do problema como na sua irresolução (VALENCIO, 2009, p. 37).

Com base neste argumento, sinaliza que ocorre a falta de contribuições de caráter crítico para clarear as ideias e apoiar os movimentos sociais, o aperfeiçoamento das políticas públicas, incitar o surgimento de novos níveis de compromisso do Estado com a transformação social e, finalmente, inferindo processos de flexibilidade por diferentes atores sociais (instituições públicas, as próprias Ciências Sociais etc.).

Orientando-se pela base teórica de Quarantelli e Valencio, constata-se que é fundamental definir o que é desastre, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, principalmente para contribuir para o campo da pesquisa social, que busca explicar os diversos fenômenos sociais.

Neste sentido, até aqui se caminhou para a apreensão de que o desastre consiste em um fenômeno social que envolve atores sociais, contexto social e um conjunto de fatores sócio-históricos que podem explicar as causas e as dimensões que constituem os desastres. Logo, entende-se que o conjunto de processos não é simplesmente um fenômeno físico, mas envolvem aspectos sociais, políticos e econômicos que podem gerar, conseqüentemente, transformações sociais que poderão levar meses, e até mesmo anos, para a recuperação dos grupos afetados.

Esta compreensão permite afirmar que, enquanto fenômeno social, é possível explicar sua origem, como ocorreu e seus desdobramentos futuros. Logo, o desastre não é somente um fenômeno natural, mas trata-se de um acontecimento originado por interferência humana no

meio social e no meio natural.

Analisar os desastres não pode ser a partir de definições e de uma ótica disciplinar unívoca, mas a partir da busca de compreensão sobre as manifestações sociais e sobre o modo de vida das populações, para então se pensar as formas ideais (mesmo que se atue no possível) de abordagem e acolhimento das populações afetadas.

Diante da capacidade de uma leitura multidisciplinar de desastres, foi de suma importância aprofundar as investigações sobre a temática. Além disso, a partir da ótica das ciências sociais e aproveitando o acúmulo teórico-metodológico e empírico das assistentes sociais, bem como suas trajetórias profissionais, foi possível delinear o marco teórico deste trabalho.

Na contemporaneidade, este profissional é fundamental no planejamento, gestão e operacionalização das políticas públicas, visto que se encontra envolvido com o objetivo de promover direitos relacionados às respostas às expressões da “questão social”<sup>2</sup>. E isto inclui a compreensão do desastre enquanto processo. A assistente social é uma profissional capacitada para contribuir no diálogo com populações em situação de desigualdade social.

Este profissional tem capacidade de contribuir tecnicamente, em todas as ações previstas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (art. 3º da Lei 12. 608 de 2012), sejam elas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e Defesa Civil. A assistente social reúne capacidades de trabalhar a partir de um agir diferenciado, além de ter em sua formação técnico-operativa saberes para gerir e trabalhar as informações sobre a cidade (legislações urbanísticas, Plano Diretor, planos das políticas socioeconômicas etc.), através de instrumentos, técnicas sociais e processos de trabalho, que levam a população à reflexão sobre a própria realidade. Possui qualificação para assegurar o desenvolvimento de um processo participativo, em que envolve a população na identificação de seus problemas, mas também os tornando agentes reivindicadores de seus direitos (SANTOS e BARROS, 2016)

Para compreender como se dá a atuação desses profissionais no contexto dos desastres é que neste trabalho se apresenta a análise da atuação das assistentes sociais do Comando da Aeronáutica – COMAER.

---

<sup>2</sup> Entende-se que as manifestações concretas e imediatas da “questão social” têm como contraface a *lei geral da acumulação capitalista* desenvolvida por Marx em *O capital* (1867). Ou seja, as principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da “questão social” (PASTORINI, 2010, p. 101).

Com base na motivação em estudar sua atuação no contexto dos desastres, foi iniciado um trabalho de levantamento de contatos de assistentes sociais que atuaram no contexto dos desastres, em instituições municipais do Estado do Rio de Janeiro. Foram enfrentadas dificuldades para identificar profissionais que compõem equipes de Defesas Cívicas e/ou participaram dos processos de desastres, em primeiro lugar pela falta de contatos e, em segundo lugar, pela rotatividade dos profissionais das secretarias e outros órgãos partícipes das ações de proteção e Defesa Civil.

Diante das dificuldades de identificar profissionais na esfera pública municipal, que contribuíssem na pesquisa de campo, decidiu-se por abordar assistentes sociais que atuam nos desastres através das Forças Armadas e forças auxiliares<sup>3</sup>, por exemplo, Corpo de Bombeiros Militar. Partiu-se do pressuposto de que as assistentes sociais militares atuam no contexto dos desastres ambientais, mas nas ações de resposta – nas ações de crise aguda<sup>4</sup> dos desastres. As primeiras respostas da rede de contatos da pesquisadora foram que as assistentes sociais militares trabalham voltados para atender o próprio efetivo das corporações. Além disso, observou-se que cada Força tem uma forma de organização de trabalho e uma trajetória histórica que gerou particularidades para cada uma delas.

As primeiras constatações apontaram a necessidade de se fazer um recorte no objeto de pesquisa e de escolher uma instituição militar para o estudo. Na continuidade das articulações foram obtidos contatos de assistentes sociais do Corpo de Bombeiros Militar e do Comando da Aeronáutica – COMAER. A avaliação dos níveis de abrangência da atuação profissional do Serviço Social, das duas instituições, levou à escolha do Comando da Aeronáutica – COMAER, uma vez que sua atuação se dá em abrangência nacional, algumas vezes internacional, e o Corpo de Bombeiros Militar, em nível estadual.

Levou-se em consideração que os profissionais do COMAER, incluindo as assistentes sociais, são convocados a atuar em episódios de impacto e pós-impacto dos desastres, sendo esta uma oportunidade de apreciar a dinâmica do trabalho deste profissional e seus níveis de atuação. Este trabalho é regulado pela Portaria Normativa nº 1.771 de 2014, do Ministério da Defesa, que aprovou as diretrizes para o emprego e atuação do Serviço Social das Forças Armadas em situações de emergência, desastres, calamidades públicas e ações humanitárias. Diante disto, buscou-se compreender os limites e possibilidades da atuação da assistente social, no contexto dos desastres, a partir da lógica de sua inserção na Força Aérea

---

<sup>3</sup> O art. 144, da Constituição Federal de 1988, define as polícias militares e os corpos de bombeiros militares como “forças auxiliares” e “reserva” do Exército.

<sup>4</sup> A crise aguda se caracteriza por um período do desastre no qual, entre outros elementos, podem ser configurados como uma situação emergencial posta ou o impacto dos desastres (SIQUEIRA, 2015).

Brasileira – FAB.

Para apresentação desta pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, adotou-se a modalidade artigo, que foi dividido em seis capítulos.

O Capítulo I apresenta o marco teórico e conceitual do trabalho, bem como, o objetivo geral e específico, a metodologia do trabalho e a relevância do tema escolhido.

O Capítulo II expõe a trajetória histórica das Forças Armadas e a inserção do Serviço Social e seu desenvolvimento no Comando da Aeronáutica – COMAER.

O Capítulo III descreve o trabalho da assistente social no contexto dos desastres, assim como a sua inserção em espaços sócio-ocupacionais como as Defesas Civas e a constante convocação dos serviços da Política Nacional de Assistência Social no contexto dos desastres ambientais.

O Capítulo V se dedica à análise do trabalho das assistentes sociais do Comando da Aeronáutica no contexto dos desastres ambientais.

No Capítulo VI está a Conclusão da pesquisa.

## **1.2. Objetivo Geral**

O objetivo deste estudo é analisar o trabalho do Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER com a dinâmica processual dos desastres ambientais, visto que se trata de uma profissão atuante nos diversos territórios e com as mais variadas populações que podem ser afetadas pelos fatores diversos que aprofundam o desastre ambiental.

## **1.3. Objetivos Específicos**

- Abordar o conceito de desastres ambientais nas Ciências Sociais e Humanas;
- Descrever o processo histórico e a regulação do trabalho Serviço Social em desastres no Comando da Aeronáutica – COMAER, a partir do contexto das Forças Armadas;
- Identificar e analisar de que forma o trabalho das assistentes sociais do COMAER contribui no contexto de impacto dos desastres ambientais;

## **1.4. Metodologia**

A proposta metodológica para a condução do processo de pesquisa e elaboração da dissertação se baseou no levantamento bibliográfico e documental, e na análise de informações colhidas através de uma entrevista com uma assistente social do Comando da Aeronáutica – COMAER e uma entrevista com uma assistente social que trabalhou na Força

Aérea entre os anos de 2002 e 2012. Estas profissionais compunham a equipe do Serviço Social da Divisão do Serviço Social (DSS), da Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) da Diretoria de Intendência (DIRINT), que definem protocolos, atualizam e elaboram questões relativas ao trabalho da no COMAER. Quando aconteceram as primeiras missões nas quais o Serviço Social foi inserido, esta equipe era composta de quatro assistentes sociais.

O caminho metodológico seguiu uma série de leituras e sistematização de bibliografia da área das Ciências Sociais, de pesquisadores em desastres e do próprio Serviço Social. Em seguida, foi realizada entrevista em profundidade com a assistente social do COMAER e, de acordo com as informações levantadas na entrevista, foram realizadas pesquisas de documentos e bibliografias complementares.

Este trabalho de conclusão se baseou na pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2001, p. 23), “define como uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Esta forma de se pesquisar responde a questões particulares, que expressam a realidade de modo não quantificável, mas a partir de um conjunto de significados, comportamentos, valores e crenças. Permite apreciar as relações, os processos e os fenômenos sociais que não podem ser expressos por variáveis (MINAYO, 2001).

A proposta inicial era estudar a atuação das assistentes sociais, no contexto dos desastres ambientais, no âmbito das instituições públicas municipais. Diante da dificuldade de identificar esses profissionais, optou-se por estudar a atuação das assistentes sociais das Forças Armadas e forças auxiliares estaduais (Corpo de Bombeiro Militar e Polícia Militar), uma vez que essas Forças são constantemente convocadas a atuar nos eventos de impacto de desastres.

O levantamento de assistentes sociais militares foi iniciado no segundo semestre do ano de 2016, através da rede de contatos pessoais e de trabalho da pesquisadora e da orientadora. Foi possível identificar profissionais do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ e da Força Aérea Brasileira – FAB. Também foi possível conversar com militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro.

Após esses primeiros contatos, observou-se que a trajetória histórica de cada instituição é distinta no regime militar. Em quase todas elas, o Serviço Social trabalha para atender exclusivamente seu próprio pessoal, ainda que, os constantes episódios de impacto de desastres ambientais têm exigido a presença do Serviço Social nas equipes das Forças

Armadas convocadas para apoiar às Defesas Civis e órgãos públicos locais.

Diante das diferenças históricas e estruturais entre as instituições militares, se observou a necessidade de escolher somente uma para analisar em profundidade neste artigo. Desta forma, optou-se por estudar a atuação profissional das assistentes sociais do Comando da Aeronáutica – COMAER.

No ano de 2017 a continuidade dos trabalhos se deu através dos estudos conceituais e dos referenciais teóricos sobre desastres ambientais, a partir da ótica das Ciências Sociais. Neste período foi possível trabalhar as principais referências bibliográficas das Ciências Sociais e do Serviço Social, bem como participar de eventos sobre desastres ambientais e acompanhar uma banca de tese de doutorado sobre o tema mais geral, onde foi possível se obter o contato de uma assistente social oficial da reserva, atuante na instituição desde 1982, que se tornou a entrevistada principal. A partir deste contato, foi possível vislumbrar o aprofundamento sobre o objeto de estudo. Do mesmo modo, no ano de 2018, através de trabalhos técnicos da política de habitação, foi possível encontrar uma segunda assistente social, que atuou no COMAER como oficial de carreira entre os anos de 2002 e 2012, no órgão central do Sistema de Assistência Social – SAS. É importante destacar que ambas as entrevistadas estiveram inseridas em episódios de impacto e pós-impacto de desastres.

Sendo assim, a investigação partiu de questões relativas ao trabalho da assistente social e sua atuação no contexto dos desastres. Para orientar a fase de campo da pesquisa, foi estabelecido como área empírica o Comando da Aeronáutica – COMAER. Feito isto, foi realizado levantamento em páginas eletrônicas e matérias jornalísticas sobre o COMAER e contatos com a primeira assistente social identificada. Ao mesmo tempo foi construído um questionário estruturado para a realização da entrevista.

Em seguida, em novembro de 2017, partiu-se para o trabalho de campo, no qual foi possível realizar entrevista com a assistente social do Comando da Aeronáutica – COMAER. Com duração de 90 minutos, a entrevista foi transcrita e analisada, através de categorizações, conceitual e histórica, identificadas na fala da entrevistada. Em continuidade foi realizado levantamento de documentação e bibliografias sobre o Serviço Social do Comando da Aeronáutica, indicados pela própria entrevistada. Por último, o material foi sistematizado para tratamento e análise, o que permitiu ordenar e criar classificações de todas as informações a partir da teoria estudada.

A segunda entrevista foi realizada diante das exigências de completude de informações, que surgiram após as avaliações do próprio processo de pesquisa e das sugestões da banca do exame de qualificação. Assim como na primeira entrevista, foram transcritos 62

minutos, categorizados e analisados.

As entrevistas permitiram entrar em contato com um universo de informações que não foi possível encontrar em registros ou que estivessem sistematizadas em documentos de fácil acesso. As falas das entrevistadas deixaram claro que as assistentes sociais da Aeronáutica são profissionais que buscam a constante atualização e aprimoramento profissional, tendo em vista atender o volume de demandas que são de responsabilidade do Serviço Social. Ao mesmo tempo, observa-se que o processo de ampliação do nível de atuação, no interior da instituição, acontece de acordo com as mudanças sociopolíticas brasileiras que influenciam a elaboração de acordos nacionais e internacionais, bem como transformações na atuação dos órgãos de Defesa Nacional.

Em síntese, a análise das informações levantadas foi realizada à luz de referenciais teóricos das Ciências Sociais e Humanas, documentos, registros eletrônicos e trabalhos acadêmicos que permitiram a leitura e análise do objeto de estudo. Este trabalho de pesquisa foi distribuído em etapas apontadas e descritas:

- a. Levantamento bibliográfico, de estudos acadêmicos e documentos sobre as temáticas “desastres ambientais”, “Serviço Social” e “Forças Armadas”: consistiu no processo de aprofundamento teórico sobre o objeto de estudo, a fim de compreender conceitos e categorias que envolvem tais temáticas e que podem justificar a importância do estudo, bem como a preparação da pesquisa qualitativa.
- b. Realização de contatos e levantamento de possíveis profissionais que pudessem ser entrevistados: após o levantamento teórico e reunião de subsídios que demonstraram a importância do estudo, partiu-se para a articulação de contatos com assistentes sociais das Forças Armadas que pudessem participar da pesquisa.
- c. Construção de formulário estruturado: identificada a assistente social do Comando da Aeronáutica – COMAER, que se comprometeu em participar da pesquisa, através de entrevista, foi estruturado formulário (em anexo) com perguntas abertas e fechadas, para orientação deste procedimento de pesquisa.
- d. Solicitação de autorizações para a realização de entrevista: no intuito de assegurar a identidade do entrevistado e a veracidade das informações prestadas na entrevista, foi apresentado e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual a entrevistada se comprometeu com as informações declaradas e autorizou a utilização do conteúdo para este trabalho.

- e. Realização de entrevista estruturada: após agendamento com a entrevistada no Comando da Aeronáutica – COMAER foi realizada entrevista de aproximadamente 90 minutos, registrada através de gravação autorizada.
- f. Transcrição e sistematização das informações coletadas, através de entrevista: realizada a entrevista, todo material gravado foi transcrito, sistematizado e categorizado à luz dos referenciais teóricos levantados ao longo da pesquisa.
- g. Análise das informações coletadas: a apreciação da entrevista exigiu o levantamento de outros referenciais teóricos, registros e legislações do COMAER, o que contribuiu para complementar o estudo e as questões que surgiram ao longo da pesquisa.
- h. Realização da segunda entrevista estruturada: diante da necessidade de complementar informações levantadas, após o processo de qualificação deste trabalho, em 2018, foi possível articular novos contatos e, assim, realizar entrevista com uma assistente social que trabalhou no COMAER e participou de trabalhos no contexto de desastres ambientais. Foi possível realizar 62 minutos de entrevista, gravada com autorização da entrevistada.
- i. Análise das informações coletadas: após a segunda entrevista, todas as informações gravadas com autorização foram transcritas e analisadas e parte delas inseridas no texto, conforme o processo de categorização empregado na entrevista anterior.

### **1.5. Relevância do Estudo**

A importância deste estudo justifica-se pela capacidade de atuação das assistentes sociais e da articulação de resposta às demandas sociais de grupos diversos das populações, alguns inseridos em contextos que podem ser configurados como parte constitutiva de desastre. A assistente social como profissional da área das Ciências Sociais Aplicadas pode contribuir na compreensão das relações sociais, dos perfis e contexto socioeconômico da população, bem como dos conflitos constitutivos dos desastres ambientais.

Somam-se a essas contribuições o aprofundamento e continuidade dos estudos sobre o tema, tradicionalmente realizados pelas ciências naturais, mas acrescidas pelas Ciências Sociais e Humanas. Esta iniciativa de pesquisa cooperou com perspectivas que evidenciam as dimensões sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas dos desastres (SIQUEIRA, 2015).

Apesar do grande acréscimo que pode disponibilizar, o trabalho deste profissional no âmbito dos desastres ambientais conta com pouca produção no Brasil, em especial as

realizadas pelas Forças Armadas. Nas situações de impacto e pós-impacto dos desastres, quase sempre as Forças são acionadas para apoiar e, até mesmo, assumir as ações de resposta e recuperação às populações afetadas. No corpo técnico que compõe as Forças Armadas, o Serviço Social, representado por profissionais da categoria, as assistentes sociais, compõem as equipes que atuam nos desastres quando acionados para atuar através de ações de cooperação com a Defesa Civil e com os municípios, quando as capacidades de resposta são ultrapassadas.

Diante disto, espera-se compreender e responder: como é a atuação das assistentes sociais das Forças Armadas no âmbito dos desastres ambientais? Partindo desta questão de pesquisa, se buscou conhecer a história do Serviço Social no Comando das Forças Armadas, demandas principais a ele direcionadas e responsabilidades em desastres no contexto militar. E, por fim, se buscou responder e analisar como se dá a atuação da assistente social, nesta área de trabalho e, principalmente, em situações de impacto e pós-impacto dos desastres.

## **CAPÍTULO 2 - AS FORÇAS ARMADAS E AS DIRETRIZES DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL EM DESASTRES**

A proposta desenvolvida neste capítulo visa apresentar uma descrição das Forças Armadas e sua regulação para o trabalho da assistente social, no contexto dos desastres, através de um dos espaços sócio-ocupacionais que esta profissional atua. Este espaço consiste no Comando da Aeronáutica – COMAER, força militar que compõe as Forças Armadas do Brasil, que se configuram na força de defesa nacional que é representada pela Marinha, Aeronáutica e Exército brasileiros.

### **2.1. A atuação das Forças Armadas**

As Forças Armadas representam o braço armado do Estado, instituição militar pautada em princípios de hierarquia e disciplina, que vem sofrendo transformações, principalmente após dado início ao processo de redemocratização no Brasil.

As Forças Armadas têm seu cerne histórico marcado no período imperial brasileiro. Surge por uma necessidade de reunir homens que resguardassem a defesa e segurança do Império. Baseado na Constituição de 1824, as Forças Armadas respondiam diretamente à autoridade legítima (Imperador), responsável por empregar Força Armada de Terra e Mar, quando havia situações de ameaça à defesa e segurança nacional.

Zacaron (2016) destaca que as Forças Armadas, na época, eram compostas inicialmente pelo Exército e Marinha. Após o advento da criação do avião, o Ministério da Aeronáutica foi criado em 1941, tendo sob sua responsabilidade as Forças Aéreas Nacionais, entidade que alguns meses depois foi nomeada como Força Aérea Brasileira – FAB (FORÇA AÉREA, 2013). As Forças não tinham poder político e nem autonomia para atuar em questões internas e zelar pela ordem pública. Somente a partir de 1889, com a Proclamação da República, os militares passaram a assumir uma influência política, quando o Marechal Deodoro da Fonseca se tornou o primeiro presidente militar.

No país, o conceito de segurança nacional avançou à medida em que foram identificados novos atores que representavam ameaça à ordem estabelecida, isto é, o trabalho industrial, a organização sindical e a constituição do comunismo como corrente política e ideológica (ZACARON, 2016).

Posteriormente, as Forças Armadas marcaram a história brasileira em momentos diferentes, sendo reconhecidas por lei. Na Constituição de 1891, no art.14, as Forças Armadas eram previstas como “instituições permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior” (BRASIL, 1891, p. 3). No art. 162 da Constituição de 1934

as Forças, além da função de defesa, passaram a contribuir para garantir os poderes constitucionais e a ordem, reforçando um papel repressivo legitimado através da Lei de Segurança Nacional (1935). A legislação foi criada durante o governo presidencialista de Getúlio Vargas, que com o apoio das Forças Armadas, em 1937, instaurou nova Constituição e a ditadura do Estado Novo.

Os militares tomam o poder do Estado brasileiro, com o Golpe de 1964, chamado por alguns estudiosos como golpe anticomunista. A partir desse golpe se mantiveram no poder por 21 anos, “dando contornos ao autoritarismo brasileiro no exercício da repressão e da institucionalidade política, além de preservar modelo hierárquico e concentrador de renda” (ZACARON, 2016, p. 34).

Após o período de crise econômica dos anos de 1970 e 1980 e a falta de legitimidade política, chegou o fim de uma das mais longas ditaduras militares da América Latina. Observa-se o início do processo de redemocratização brasileiro. Esta mudança influenciou transformações importantes na estrutura das Forças Armadas, que até então não contava com mulheres no seu quadro de militares. Somente em 1982 ocorreu o ingresso das primeiras mulheres militares nas Forças Armadas. Antes, somente mulheres civis compunham o quadro de funcionários. Esta constatação pode ser explicada pelo próprio contexto histórico, militar e conservador, no qual homens e mulheres não poderiam deter poderes iguais.

A inserção das mulheres nas Forças Armadas, segundo informações da página eletrônica do Ministério de Relações Exteriores, aconteceu a partir da década de 1980, quando se observou a consolidação da presença feminina em cargos técnicos e administrativos. Na Força Aérea Brasileira (FAB) foi criado o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA) em 1981, o que permitiu, no ano seguinte, a formação da primeira turma, composta por 150 mulheres de diversas formações. A introdução de mulheres aconteceu após lutas, desde a Guerra de Independência, quando se destacaram nomes femininos, que influenciaram na história do Brasil, tais como Maria Quitéria, Ana Néri e Anita Garibaldi, no século XIX, e pelas integrantes do Corpo de Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

As Forças Armadas passaram a estar submetidas diretamente à autoridade do Presidente da República. De acordo com o art.142 da Constituição de 1988:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição de 1988 a função específica das Forças Armadas passou a ser a Defesa da Pátria (Defesa Nacional), ou seja, integrar e proteger o território e as instituições nacionais contra quaisquer agressões, claras ou clandestinas, de origem externa e interna. A defesa da pátria:

É o conjunto de planos e ações necessários para prevenir, esvaziar ou superar os conflitos de toda índole, provocados pelas agressões de origem externa, seja em tempos de paz ou de guerra, a fim de garantir de modo permanente, a soberania popular, a integridade territorial, a vigência do sistema constitucional e a promoção do bem-estar de seus cidadãos (DREIFUSS apud ZACARON, 2016, p. 46).

Com as mudanças nas atribuições das Forças, estas passaram a estar subordinadas ao Ministério da Defesa, órgão do Governo Federal ligado à Presidência da República e incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas. Também é responsável pelo plano de desenvolvimento da defesa nacional.

O Ministério da Defesa foi criado em 1999, no período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, após a extinção dos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica. Tal extinção reduziu o poder político e o prestígio dos ministros militares e centralizou o poder das Forças em um órgão presidido por um ministro civil (ZACARON, 2016). Segundo o art. 3º da Lei complementar nº 97 de 9 de junho de 1999,

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão de assessoramento permanente do Ministro de Estado da Defesa, tem como chefe um oficial-general do último posto, da ativa ou da reserva, indicado pelo Ministro de Estado da Defesa e nomeado pelo Presidente da República, e disporá de um comitê, integrado pelos chefes de Estados- Maiores da 3(três) Forças, sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (BRASIL, 1999, p. 1).

Zacaron (2016) esclarece que o Ministério da Defesa foi criado no contexto de reforma do Estado, em torno de um momento de transformação do capitalismo contemporâneo, coligado por características como flexibilidade, competitividade, adaptabilidade e atratividade. Estas práticas no Brasil acirraram a crise da dívida externa e as atividades de populismo econômico. Introduziu a lógica da privatização, da liberalização comercial e a disciplina fiscal. Zacaron (2016) reafirma que tais transformações societárias tiveram reflexos na organização e funcionamento das Forças Armadas.

A redução de investimentos nas Forças Armadas também foi resultado do pensamento originado no Fundo Monetário Internacional (FMI) de que “os gastos militares diminuiram os investimentos privados ou reduziram os gastos públicos de maior produtividade, interferindo no crescimento” (ZACARON, 2016, p. 40). Deste modo, no período da Reforma do Estado, as Forças Armadas sofreram um retrocesso que impactaram as áreas de infraestrutura e

tecnologia das instituições militares. É importante esclarecer que a classe trabalhadora também sofreu, no contexto do Estado mínimo, com a precarização e flexibilização de direitos e políticas sociais.

A Política de Defesa Nacional, nos itens 7.4 e 7.5 preveem que:

A expressão militar do País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis. O País deve dispor de meios com capacidade de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território e do seu espaço aéreo, incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicações marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente no Atlântico Sul (BRASIL, 2012, p. 29).

Apesar do avanço da legislação, chama a atenção para o fato dela ser mantida no campo do discurso (Zacaron 2016). Nela se prevê a estruturação das Forças Armadas e sua capacidade de resposta ao combate às ameaças externas e internas ao país. Entretanto, existem poucos recursos destinados a estas atividades. A autora verificou que a pouca importância política dada às questões de defesa e segurança nacional rebate nos orçamentos direcionados à Defesa do Brasil. Zacaron chama a falta de investimentos de “sucateamento das Forças Armadas”. Ela afirma:

O orçamento direcionado à Defesa do país tem se apresentado como espaço especial de críticas, que emergem tanto do seio dos militares, em decorrência principalmente da redução dos quadros de carreira, quedas salariais e condições precárias de trabalho, quanto da sociedade civil, que não reconhece o papel das Forças Armadas, considerando-as de pouca importância na agenda de prioridades do país, visto a inexistência de ameaças de guerra e invasões concretas (ZACARON, 2016, p. 41).

Este cenário pode ser explicado pelo fato de, no período de redemocratização brasileira, na passagem dos anos de 1980 para 1990, durante um processo de ampla transformação do cenário mundial, a profissão militar ter sofrido impactos por novas requisições ocorridas no âmbito das instituições militares. Episódios históricos internacionais influenciaram uma nova forma de se conceituar defesa.

A nova forma de conceituar defesa pode ser explicada historicamente, segundo Silva (2018), com o fim da Segunda Guerra Mundial, com o trabalho das Forças Armadas da América Latina sendo influenciado pelos Estados Unidos (EUA) e o bloco militar aliado, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A partir desta influência tornou-se dever para os países latino americanos, durante a Guerra Fria, lutar contra o comunismo, dentro de seus próprios territórios. Em nível mundial, EUA e União Soviética se mantinham em conflito. Com o fim da Guerra Fria, também se viu

o fim dos conflitos de escala global, dando lugar a, no máximo, guerras por região, tipo de guerra pouco provável na América Latina (SILVA, 2018, p. 41). Sobre o redimensionamento dos conflitos, Silva afirma que:

[...] em face do “desaparecimento do perigo comunista” houve redefinição da ordem internacional, globalização e intensificação dos variados processos de integração transnacional que traduziram mudanças nos conceitos de segurança e defesa, nos âmbitos internacional, regional e nacional. Para tal, essa reflexão, nos limites do estudo buscou evidenciar um novo desenho da área da defesa nacional, que é atravessada por múltiplas dinâmicas, consequência tanto das mudanças mais específicas relativas ao pensamento estratégico militar, o qual assume novas conformações no país, principalmente no atual marco regulatório e diante das tensões oriundas da dinâmica capitalista, do papel do Estado e dos seus rebatimentos para os militares e civis da defesa nacional (SILVA, 2018, p. 41).

A autora reuniu informações que descrevem a década de 1990 como um tempo de construção de uma nova agenda da segurança mundial, mas que também foi um período de dificuldades enfrentadas pelo Brasil nesta área. Silva (2018) revela que o setor bélico e a indústria de defesa haviam estagnado. A retomada dessa indústria ficou condicionada ao reaparelhamento das Forças Armadas. O fim da Guerra Fria representou um período de lutas para construção de uma nova agenda internacional baseada num novo conceito de segurança relacionado à proteção de vidas humanas (SILVA, 2018, p. 56).

As transformações nas Forças Armadas em escala global e nacional estabeleceram novos desafios à assistente social que trabalha na defesa nacional, em ações relacionadas, por exemplo, às missões de paz das Nações Unidas, às ações militares na Amazônia, às ações de apoio à população civil e à atuação nos desastres ambientais.

Seja qual for a ênfase, todas as missões que têm representado espaço sócio-ocupacional da assistente social fazem parte do processo de mudanças e de novas aquisições postas historicamente, logo após o fim dos anos de 1980 até os anos 2000. Foi aberto um quadro desafiador para a assistente social, assim como para defesa nacional. Tais desafios estão expressos nos principais documentos de defesa.

Política Nacional de Defesa (2005), Estratégia Nacional de Defesa (2008) e o Livro Branco da Defesa Nacional (2012) e, mais, recentemente, a Política e a Estratégia Setoriais de Defesa (2015). Aliam-se a este conjunto de novas legislações, àquelas específicas da Força Aérea Brasileira (FAB): “Força Aérea 100” Diretriz de Comando da Aeronáutica 11-45/2016 e o plano de reestruturação da Força Aérea Brasileira, previsto na Diretriz DCA 11-53/2016 (SILVA, 2018, p. 40).

O processo de adaptação à nova ordem mundial, pós-Guerra Fria, seguiu com distanciamento dos acordos comerciais dos EUA e das questões de segurança internacional. A Organização das Nações Unidas, através de seu Conselho de Segurança, adotou as operações

de paz, na busca da manutenção da paz internacional. O Brasil esteve presente nessas ações em operações de prevenção e estabilização de conflitos. Silva (2018), com base em outros autores, justifica a constante convocação do Brasil para as operações de paz, chamando a atenção para dois pontos:

O primeiro está relacionado à sua concentração que (...) se mantém na “periferia global”; o segundo se refere ao perfil das tropas que compõem as missões, majoritariamente, de origem de países em desenvolvimento. Diante desta realidade, a argumentação (...) recai na década de 1990, período em que os países desenvolvidos e os membros permanentes do Conselho de Segurança eram os responsáveis pela maior parte dos efetivos das missões de paz (SILVA, 2018, p. 144).

O processo de sucateamento das Forças Armadas, no Brasil, foi agravado nos anos 2000 e este fenômeno permaneceu nos anos de governo da presidente Dilma Rousseff. Além disso, a participação da sociedade civil na temática da Defesa é muito baixa e distante do cotidiano da população. Do ponto de vista político, essa pouca atenção expressa a precariedade com que o Legislativo trata a temática de segurança e de defesa da nação (ZACARON, 2016). A autora sinaliza que na Estratégia Nacional de Defesa (Lei nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008) saem de cena as Forças Armadas, pois foram enfatizados mais os aspectos de desenvolvimento econômico do que a defesa em si. Isto fica claro quando na introdução da Estratégia Nacional de Defesa é afirmado que este instrumento “é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento” (BRASIL, 2008, p. 1).

Esta proposta que se preocupa com o desenvolvimento se destaca pelo enfoque em projetos de natureza social em detrimento do debate sobre defesa nacional. Este salto de mudança é resultado da renovação do papel das Forças Armadas, que vem adotando desde 1980 a preocupação com a promoção de direitos sociais, através de políticas sociais e públicas que contribuam para o desenvolvimento da sociedade (ZACARON, 2016).

Tal enfoque apontado pela autora torna-se claro a partir da Estratégia Nacional de Defesa, legislação que esclarece que a Defesa Nacional passa a ter uma nova leitura e dimensões que envolvem a preocupação com agressões, mas também com ameaças, com a estratégia nacional de desenvolvimento e com as questões político-institucionais que envolvem governo e sociedade. Por esta razão, se passou a relacionar estratégia nacional de defesa com estratégia nacional de desenvolvimento.

O debate da defesa passou a não se concentrar mais somente em equipar e criar poderio militar para as Forças Armadas. Diante das mudanças, a Estratégia Nacional de Defesa aponta para independência nacional tecnológica, econômica e política, levando em consideração a participação popular nos processos decisórios do país e promovendo a

inclusão cada vez maior de cidadãos, na vida política e produtiva brasileira.

Sobre tais considerações os princípios que a Estratégia preconiza:

Projeto forte de defesa favorece projeto forte de desenvolvimento. Forte é o projeto de desenvolvimento que, sejam quais forem suas demais orientações, se guie pelos seguintes princípios: a) Independência nacional, efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos, para o investimento no potencial produtivo do País. Aproveitar a poupança estrangeira, sem dela depender; b) Independência nacional, alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa como para o desenvolvimento; e c) Independência nacional, assegurada pela democratização de oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do País. O Brasil não será independente enquanto faltar para parcela do seu povo condições para aprender, trabalhar e produzir (BRASIL, 2008, s.p.).

A ênfase em projetos de caráter social é manifestada no Plano Plurianual de 2012 – 2015 do Ministério da Defesa. Neste documento se observa um destaque das missões de caráter cívico-social, que apoiam o Governo Federal, principalmente através de ações de apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública e necessidades humanitárias.

Além deste apoio Zacaron (2016) destaca a participação no Projeto Rondon e no Projeto Forças no Esporte como uma forma de contribuir no atendimento de demandas da população civil. É importante esclarecer que estes projetos de intervenção social, os quais a finalidade é beneficiar a população civil, aconteceu principalmente no entorno dos quartéis. As bases militares, em alguns casos são circundadas por comunidades e bairros periféricos, onde estão reunidas famílias de menor poder aquisitivo. Esses territórios, historicamente, sofrem com as ações do poder paralelo e do tráfico de drogas, que na maioria das vezes recrutam crianças e adolescentes para compor grupos criminosos. Para combater essa realidade e tecer uma melhor convivência com as comunidades do entorno, as Forças Armadas adotaram tais projetos. Também é uma maneira de estabelecer um certo controle no entorno das áreas militares. Observa-se que a ênfase no desenvolvimento em detrimento da defesa nacional redirecionou as formas de intervenção das Forças Armadas. O desenvolvimento de projetos sociais para trabalhar as vulnerabilidades sociais da população civil é um exemplo desta nova forma das Forças contribuírem com a nação.

A participação das Forças Armadas nas ações de desenvolvimento e de natureza social é legitimada na Lei complementar nº 97/1999:

Art. 16. Cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a Defesa Civil, na forma determinada pelo Presidente da República. Parágrafo único. Para os efeitos

deste artigo, integra as referidas ações de caráter geral a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social. Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos fronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras ações (BRASIL, 1999, p. 5).

“As Forças Armadas têm sua base no militarismo, com relações impessoais, hierarquizadas, com inter-relação estatal das forças políticas que conformam o Estado de dominação do país” (ZACARON, 2016, p.45), além de um passado marcado pela ditadura militar. Ao mesmo tempo, se confunde com os poderes da elite brasileira, mas também assume um caráter nacional e valores patrióticos em nome de uma missão que visa salvar.

É exigido um novo papel para as Forças Armadas, voltado para a responsabilidade social e cidadania. Esta exigência desdobra-se em um campo vasto de desenvolvimento de ações sociais, serviços assistenciais e culturais que vêm diferenciando e privilegiando os militares no conjunto societário (ZACARON, 2016). Ou seja, as Forças Armadas passam a ter um papel dual na sociedade, que por um lado tem objetivos societário e estatal e por outro objetivos nacionais e da própria corporação.

Pautado nesta mudança de perfil profissional e institucional que se avança neste trabalho, para análise do Comando da Aeronáutica enquanto instituição constituinte das Forças Armadas e espaço sócio-ocupacional da assistente social.

## **2.2. As diretrizes do Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER**

O trabalho do Serviço Social das Forças Armadas em desastres e afins é regulado pela Portaria 1.771 de 16 de julho de 2014 do Ministério da Defesa, que traça as diretrizes para o emprego e a atuação de assistentes sociais das Forças Armadas em situações de emergência, desastres, calamidades públicas e ações humanitárias.

Esta regulamentação foi aprovada após a inserção do Serviço Social em missões humanitárias e contextos de desastres ocorridos, principalmente, nos anos de 2010 a 2012. No caso do Comando da Aeronáutica – COMAER, em um momento propício para o Serviço Social nas Forças, num período no qual as assistentes sociais na época conseguiram articulação, no qual após um processo de mobilização e planejamento as assistentes sociais conquistaram a permissão de seus superiores para integrar as missões *in loco*. Esta mobilização foi pioneira, especificamente no COMAER, onde as assistentes sociais do órgão

central responsável pelo Sistema de Assistência Social (SAS) pesquisaram o perfil dos seus efetivos e constataram que questões de natureza econômica, pessoais e familiares interferiam no cumprimento dos objetivos das missões. Por isso, propuseram a integração do Serviço Social no trabalho de campo, isto é, na missão humanitária do Haiti, que tinha como objetivo atender à população afetada por um terremoto, ocorrido em janeiro de 2010. Tal iniciativa foi pioneira e constituiu bases para o debate e legitimação do Serviço Social nas missões e em situações de emergência, desastres e nas ações humanitárias.

A norma reguladora adotou premissas que dialogam com os conceitos assumidos pelas Ciências Sociais e Humanas e documentos internacionais. Um deles é a concepção de desastres adotada com base em parâmetros internacionais em que a definição:

[...] o caracteriza como resultado de eventos adversos (naturais, tecnológicos ou mistos) sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais, considerando nesse escopo a dimensão sócio-histórica, que imprime especificidade ao ocorrido, segundo as condições sociais em que o fenômeno se materializa (BRASIL, 2014, p.1).

Nas premissas também se pode evidenciar que a atuação do Serviço Social das Forças Armadas deverá acontecer em caráter subsidiário às ações de responsabilidade dos órgãos governamentais de Assistência Social do território atingido, quando esgotadas as condições e possibilidades de ação dos órgãos locais diante dos requerimentos de proteção e garantias dos mínimos necessários para a manutenção da população afetada. Nesses casos a prioridade é a promoção de atividades em parceria com as instituições municipais observando as prerrogativas desses órgãos no direcionamento das ações.

A atuação do Serviço Social das Forças Armadas é direcionada para os seus efetivos por meio da Política de Assistência Social das Forças Armadas. Este trabalho se volta para o público externo quando em situações de atendimento de demandas de caráter humanitário, no contexto no qual é empregado o apoio às Nações Unidas.

Chama atenção nas premissas da normativa o destaque ao Código de Ética do Serviço Social, legislação que trata como deve ser a participação das assistentes sociais nos programas de socorro à população em situação de calamidade pública.

As considerações e orientações registradas na legislação podem ser resultado dos eventos extremos ocorridos num determinado período histórico, no entanto, os aspectos nela registrados representam o reconhecimento da necessidade do trabalho técnico da assistente social. Observa-se que as informações reunidas nesta Portaria sugerem a inferência de que este foi um processo no qual as assistentes sociais das Forças e do Ministério da Defesa

tiveram participação efetiva.

Os objetivos da referida Portaria, que constam no capítulo II, frisam que o trabalho de resposta dos profissionais acontecerá no impacto e pós-impacto do evento. Ou seja, visa-se inserir os serviços de Assistência Social das Forças Armadas em situações de emergência para apoiar nas ações de planejamento, coordenação e execução das atividades de Assistência Social às populações afetadas. Observa-se que para a preparação das ações de resposta o Serviço Social das Forças é convocado para atuar, bem como para orientar as ações de intervenção específicas da categoria. É importante destacar que o trabalho do Serviço Social é previsto para ser implementado em consonância com o Protocolo de Ações compartilhado pelo Ministério da Integração Nacional, o Ministério da Defesa e o Ministério da Saúde que visam à manutenção de fluxos de gestão e ações de resposta da esfera federal, quando solicitado o suporte do Ministério da Defesa.

Destaca-se que um dos objetivos das diretrizes para o emprego do Serviço Social é o fomento da capacitação e qualificação profissional para trabalhar em situações de emergência e desastres. Mesmo que o foco do trabalho do Serviço Social das Forças Armadas seja voltado para seus efetivos, se prevê na Portaria o incentivo ao desenvolvimento de ações de orientação social que promovam o comportamento de prevenção nos órgãos de formação militar, bem como nos Colégios Militares.

Os princípios básicos adotados para o emprego e atuação do Serviço Social das Forças Armadas em situações de emergência, desastres, calamidade públicas e ações humanitárias consistem em:

- a) transversalidade na perspectiva de abordagem das diversas ações amparadas pelas políticas públicas e organizações/agências envolvidas; interdisciplinaridade; b) participação social, permitindo a escuta ativa dos diversos atores envolvidos, a fim de que as ações empregadas contemplem as especificidades locais; c) prevenção; d) acolhimento, compreendido como atitude de abertura à recepção de necessidades que expressam na forma de demandas para os serviços prestados e na perspectiva de reversão dos processos de vulnerabilização observados; e) defesa dos direitos dos usuários; f) ambiência, consonante ao contexto sociopolítico e socioambiental local; g) construção de memória dos processos envolvidos, por meio do registro das ações e respectivos desdobramentos, a fim de contribuir para a gestão do conhecimento na administração pública; h) integralidade das ações; i) descentralização da gestão e das ações; j) qualificação de gestores e profissionais técnicos envolvidos; k) reconhecimento e garantia dos direitos sociais, considerando as diversidades culturais, geracionais, étnico-raciais e de gênero; l) avaliação e monitoramento dos processos e das ações (BRASIL, 2014, p. 1).

Dentre outras diretrizes, para o emprego do Serviço Social das Forças se prevê o desenvolvimento de parcerias com instituições públicas, privadas e da sociedade civil no

intuito de dinamizar e fortalecer o acesso às ações assistenciais empreendidas pelas profissionais da área, bem como a promoção do intercâmbio de conhecimentos e ações no âmbito das organizações militares. Também se prevê a avaliação de resultados e monitoramento de processos acerca de impactos gerados pelo trabalho das assistentes sociais e processo de pesquisa acadêmica para renovação das intervenções, dentre outras.

A assistente social, como profissional generalista, exerce função fundamental em várias áreas, atendendo às demandas socioassistenciais das corporações. Tal atuação, excepcionalmente em situações de emergência, desastres, calamidade públicas e ações humanitárias (BRASIL, 2014), trabalha junto a outros pares como força subsidiária complementar.

Neste trabalho, para análise da atuação profissional, dentre as três Forças foi selecionado o Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER, levando em consideração seus avanços no que diz respeito ao desenvolvimento de uma Política de Assistência Social da corporação, que tem inspiração em princípios e diretrizes da Política de Assistência Social Brasileira<sup>5</sup> e as conquistas por autonomia e espaço para atuação dentro do COMAER. Também se consideraram as constantes convocações desses profissionais para atuar em situações de emergência, desastres, calamidade públicas, ações humanitárias e projetos que atendem à sociedade civil e contribuem no desenvolvimento de políticas públicas.

### **2.3. O Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER**

Tendo em vista analisar o trabalho da assistente social no contexto de desastres, se faz necessário identificar o Comando da Aeronáutica – COMAER como espaço sócio-ocupacional desta profissional.

O COMAER é uma instituição militar que pertence ao conjunto das Forças Armadas, que se apresenta como um espaço diverso para que a assistente social possa dispor dos seus conhecimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos no processo de gestão e operacionalização das políticas institucionais.

As assistências sociais do COMAER estão distribuídas em três espaços

---

<sup>5</sup> É importante esclarecer que, no que diz respeito à política social de Assistência Social, são distintas a Política Nacional Brasileira (PNAS/2004), da Política de Assistência Social das Forças Armadas (Portaria Normativa nº 1.173/MD, de 06 de setembro de 2006 e Portaria Normativa nº 881/MD de 26 de Maio de 2010) e da Política de Assistência Social do Comando da Aeronáutica – COMAER (Instruções de Comando da Aeronáutica – ICA, Instrução Reguladora das Ações Sociais no COMAER – ICA – 163/201 e Gestão dos Recursos da Assistência Social no COMAER – ICA- 161/2008). De acordo com o processo e avanços históricos brasileiros e das Forças foram implementadas e aprimoradas essas políticas. Além disso, as ICAs encontram-se em conformidade com a política de assistência social das Forças Armadas.

compreendidos como as Intendências, Infantarias e Saúde. Sendo assim, podem ocupar e atender demandas sociais nos hospitais, nos Núcleos do Serviço Social (NUSESO), no apoio ao órgão central de Assistência Social e em outros locais que podem ser exemplificados. O que chama a atenção é que assistentes sociais têm sido convocados para atuar em situações de calamidade pública, desastres e missões humanitárias, conforme a legislação específica, e em oportunidades pioneiras na instituição.

O Comando da Aeronáutica tem por missão orientar, formular e conduzir a Política Aeronáutica Nacional, civil e militar; propor a constituição, a organização e os efetivos, bem como aparelhar e adestrar a Força Aérea Brasileira; formular o planejamento estratégico e executar ações relativas à defesa do País, no campo aeroespacial; contribuir para a formulação e condução da política nacional de desenvolvimento das atividades aeroespaciais; operar o Correio Aéreo Nacional; orientar, coordenar e controlar as atividades de aviação civil; estabelecer, equipar e operar, diariamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, incentivar e realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas com as atividades aeroespaciais; estimular a indústria aeroespacial; e prover a segurança da navegação aérea (ZACARON, 2016, p. 47).

O COMAER como Força que compõe as Forças Armadas, quando está envolvido nas ações subsidiárias que pode ser convocado tem atribuições específicas, que estão retratadas no art. 18 da Lei complementar nº 97/1999:

I – orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil; II – prover a segurança da navegação aérea; III – contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional; IV – estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária; V – operar o Correio Aéreo Nacional; VI – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução (BRASIL, 1999, p. 6).

A legislação deixa claro que a Força Aérea tem como finalidade de suas ações realizar intervenção de natureza militar, mas também contribuir nas ações civis de natureza pública. Estas ações são reforçadas na Estratégia Nacional de Defesa, que enfatiza as funções de vigilância orientadora, superioridade aérea, combate focado e combate aeroestratégico. Além disso, apresenta estratégias e objetivos que revelam a contribuição no desenvolvimento nacional, por exemplo, sua capacidade de atuação nas regiões fronteiriças, da Amazônia e no centro-oeste brasileiro.

Neste conjunto de atribuições, o Serviço Social do COMAER é convocado para atender às demandas socioassistenciais da própria corporação e apoiar no atendimento das populações locais, mas sob a coordenação das organizações socioassistenciais municipais.

Para compreensão de como assistentes sociais se inserem no Comando e como são

geridas suas funções e a atuação é necessário tratar das questões históricas brasileiras e da própria instituição militar, influenciadoras no processo de desenvolvimento da categoria no COMAER. Vale destacar que o Serviço Social da Aeronáutica avançou de acordo com a trajetória histórica e política da profissão, em meio às disputas entre projetos ético-políticos que também se manifestam no âmbito institucional. Sendo assim, a seguir serão abordadas, primeiramente, questões históricas que explicam o trabalho da assistente social no COMAER e o desenvolvimento da Política de Assistência Social do Comando da Aeronáutica e, em segundo lugar será analisada a atuação dessas mesmas profissionais nos desastres, calamidades públicas e missões humanitárias e outros eventos retratados na legislação específica (Lei 1.771/2014).

A inserção das assistentes sociais no COMAER aconteceu no ano de 1959, no Hospital Central da Aeronáutica (HCA), na modalidade de Serviço Social Médico (ZACARON, 2016) A primeira assistente social da Aeronáutica foi Ada Nolding Grafrée, formada pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Na época, as atividades do Serviço Social concentravam-se em atividades psiquiátricas, onde as assistentes sociais trabalhavam em equipe multidisciplinar, realizando estudos de casos objetivando a readaptação e reintegração do doente mental na sociedade.

[...] o Serviço Social surge como entidade paramédica, subordinado ao Diretor do Hospital, com três funções básicas: função preventiva (de orientação ao paciente e família, visando adesão ao tratamento), função curativa (atendimento às necessidades básicas do paciente) e função promocional (visando enriquecer a vida do paciente em grupo) (ZACARON, 2016, p. 70).

Os registros históricos que Zacaron (2016) apresenta revelam que a introdução do Serviço Social na Aeronáutica, no final da década de 1950, seguiu a proposta funcionalista mais ampla da profissão. As assistentes sociais utilizavam processos e técnicas específicas voltadas à integração dos “programas de ação” aos programas da instituição de saúde. Trabalhavam a partir de um modelo de ajustamento do então chamado “cliente” em seu meio familiar e profissional, onde as “disfunções” pessoais ou sociais eram tratadas, o que seguia a concepção da profissão à época.

Nos primórdios do Serviço Social no Comando Aeronáutica – COMAER, os primeiras assistentes sociais eram civis. Esta forma de ingresso se deu levando em consideração o fato de a profissão ser, historicamente, feminina e o contexto conservador militar, no qual era inaceitável, na época, o ingresso de profissionais do sexo feminino. Desde o início, o trabalho das assistentes sociais era voltado para o público interno, de ativos e inativos e seus

dependentes. Segundo Calçado (2008), são praticamente desconhecidos os registros do Serviço Social da Força Aérea Brasileira.

Após processos históricos de transformação na profissão, que levaram as assistentes sociais a questionar o conservadorismo e a assumir uma postura crítica e uma leitura distinta da realidade, na década de 1980 se observou mudanças no Serviço Social como um todo, o que também repercutiu no Serviço Social da Aeronáutica.

A formação de um quadro feminino nas Forças Armadas se deu no ano de 1982, sendo as militares admitidas por concurso público, para atuar em diversas áreas, inclusive no Serviço Social. A partir dos levantamentos, “informações recebidas da coordenadoria de Assistência Social do COMAER, a primeira turma do Quadro Feminino de Oficiais Assistentes Sociais da Aeronáutica, fora composta por 12 profissionais do quadro de carreira” (CALÇADO, 2008, p. 24).

Estas primeiras oficiais assistentes sociais concursadas tinham como atribuições trabalhar demandas diversas que a elas chegavam. O Serviço Social tinha como objetivo implementar uma nova proposta de intervenção profissional, que caminhava na contramão da filantropia e das ações pontuais muitas vezes desenvolvidas pelas esposas de militares (idem, 2008).

A abertura do concurso e dos quadros para mulheres militares tornou possível o aumento de assistentes sociais no COMAER. Neste momento, as assistentes sociais militares e civis se uniram, inaugurando “um movimento extra institucional no sentido de romper com a prática filantrópica e assistencialista desenvolvida nas organizações militares” (CAVALCANTI et al., 2007).

Informações coletadas através de entrevistas permitiram constatar que, após aprovação no concurso (1988), a formação na Força Aérea, também para as mulheres militares, era como pilotos em aviação militar. A conquista e reconhecimento da mulher como parte do quadro militar criou oportunidades para o Serviço Social, que passou por um processo de mudança, pouco registrado, mas percebido nos avanços teórico-metodológicos e técnico-operativos que se observa nos dias atuais. Diferentemente dos dias de hoje, nos quais as assistentes sociais têm acesso a uma vasta biblioteca do Serviço Social, na década de 1980 a produção bibliográfica não era diversificada para apoiar tais profissionais. De acordo com informações, após a inserção das profissionais militares em 1982, poucos foram os concursos para mulheres militares, sendo que, com vagas para assistente sociais, foi realizado quase 30 anos depois.

As assistente sociais perceberam a necessidade de revisão da profissão no âmbito institucional, ampliando o trabalho comunitário, de reforço do compromisso profissional com

os interesses dos “clientes” do Serviço Social, da aproximação e articulação com o Conselho Profissional e da participação de entidades representativas da categoria (sindicato), bem como a valorização da autonomia profissional com base nos princípios do Código de Ética de 1986 (Código Profissional vigente na época). Também observaram que existia a ausência de normatização, padronização e sistematização das suas ações sociais em relação às organizações de saúde do COMAER. Sobre a legitimação da profissão no COMAER:

É pertinente destacarmos que o Serviço Social, enquanto profissão, só foi institucionalizado no âmbito do COMAER na década de 1980, através da Portaria nº 93/GM3, de 24 de janeiro de 1985, que implanta o Sistema de Assistência Social – SAS, tendo como objetivos: “o planejamento, orientação, coordenação, controle e a promoção do bem estar social dos servidores civis e militares das Organizações Militares da Aeronáutica (ZACARON, 2016, p. 72).

Com base nas informações supracitadas de Zacaron (2016), após a inserção das assistentes sociais militares, esforços conjuntos com as civis resultaram na criação do Sistema de Assistência Social (SAS) do COMAER. No ano de 1985, imersos na conjuntura de redemocratização brasileira, assistia-se a luta por direitos de forma mais ampla, mas ao mesmo tempo observava-se a não efetivação dos avanços na constituinte no âmbito dos direitos.

A consolidação do SAS compreende o período histórico dos anos 80 e 90, conhecido pelos processos de “reforma” do Estado, através de um projeto político, econômico e social, de natureza neoliberal, que propunha o redimensionamento do papel do Estado e provocava o sucateamento dos serviços institucionais. Apesar do momento perverso e contraditório, foi nesta conjuntura histórica que a política de Assistência Social ganhou novos espaços na Aeronáutica. Vale destacar que a expansão desta política se deu não pelo reconhecimento da sua importância, mas pela precarização de outras políticas que compunham a estrutura institucional (CAVALCANTI, et al., 2007).

O movimento de romper com as práticas filantrópicas e assistencialistas desenvolvidas nas organizações militares, seguido da precarização das políticas institucionais resultou na criação do SAS, bem como no Fundo de Assistência Social (FAS), tendo em vista prover recursos para o referido sistema. Também foi criada a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), que legitimou os esforços empreendidos dentro da instituição para a construção de uma Política de Assistência Social dentro do COMAER.

Embora o Serviço Social tenha avançado na busca da transformação do espaço institucional, no sentido de promover direitos, o SAS foi criado num contexto de padrões conservadores, onde se observava atividades reduzidas no plantão social, atendimentos

emergenciais e distribuição de auxílios financeiros (CAVALCANTI et al., 2007).

Zacaron (2016) destaca que, na época, existia uma barreira hierárquica entre as assistentes sociais e seus chefes imediatos, razão que impossibilitava o desenvolvimento de ações de cunho preventivo e educacional pelo Serviço Social. Prevalciam processos burocráticos, que restringiam o acesso aos benefícios, agravando a situação do usuário e o culpabilizando por sua condição, principalmente por estar enfrentando dificuldades, além de estar “pedindo” ajuda ao Serviço Social. Existia uma perspectiva do favor, que dificultava a construção de espaços coletivos e a aproximação e atuação dos profissionais com os usuários.

Superar este padrão só tem sido possível através da aproximação com referenciais teórico-metodológicos e compromisso com princípios ético-políticos expressos na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) e o Código de Ética Profissional de 1993, por exemplo.

Nos primeiros anos da atuação das assistentes sociais militares, já havia sido delimitado que o Serviço Social deveria atender o efetivo. Em relação aos militares, atendiam o quadro dos profissionais da corporação e seus familiares, como é feito até os dias atuais. Por exemplo, trabalhavam as demandas dos militares vítimas de acidentes aéreos e apoio aos seus familiares e demais pessoas afetadas pelo acidente. Segundo informações colhidas através de entrevista, quando acontece um acidente aéreo, ocorre a soma das questões ali envolvidas, o militar, os direitos que a ele e à sua família devem ser garantidos, a comunicação e acompanhamento familiar do usuário/militar. Observa-se que “ocorrem impactos para natureza e para o humano que perduram por séculos” (ENTREVISTADA, 2017).

Os primeiros anos de trabalho do Serviço Social constituído por profissionais militares foram influenciados e impactados pelas dimensões econômicas, políticas e sociais dos governos presidenciais das décadas de 1980 e 1990, sendo possível observar refrações até os dias atuais.

O cenário de incertezas está relacionado com os acontecimentos históricos e o desfecho dos anos de 1980 no Brasil, isto é, o fim da ditadura militar (1964 – 1985) e o início de redemocratização brasileira, bem como o início dos anos de 1990, quando se estabelece a Reforma do Estado brasileiro e a ofensiva neoliberal.

A compreensão da Reforma do Estado é possível quando analisadas as influências econômicas, sociais e econômicas internacionais sobre o Brasil. É na década de 1980 que é editado um conjunto de políticas macroeconômicas inspiradas em um amplo programa de reformas estruturais a ser empregadas em países periféricos capitalistas. O programa de reformas é conhecido como Consenso de Washington e:

[...] deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprime uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise de 80, especialmente no que diz respeito às reformas a serem implementadas pelos países periféricos (MOTA, 1995, p. 80).

Esta foi uma forma de pressionar e ampliar as dívidas desses países com agências como o FMI, Banco Mundial e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) criados desde o acordo de Bretton Woods na década de 1940 (MOTA, 1995). Estas agências propuseram um projeto estratégico de transformação nacional em internacional, adequando os países periféricos a padrões políticos, econômicos e culturais de países dominantes – “um projeto neoliberal que representou uma ferramenta de desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público e redução do Estado” (idem, 1995, p. 80).

Tal projeto societário foi na contramão histórica e social brasileira, que representou o acirramento da luta de classes em torno do controle do Estado. Esta disputa desigual provocou a fragmentação interna dos países periféricos e o aprofundamento das refrações da “questão social”.

Por um lado, foi possível acompanhar um acelerado processo de globalização econômica representadas pela grande internacionalização produtiva, comercial, financeira e tecnológica de alto nível de complexidade e de dimensões globais. Por outro lado, se observou a globalização do consumo, da cultura e o alinhamento de um quadro normativo que representa ações políticas nos campos dos “direitos humanos, igualdade de gênero, defesa do meio ambiente, lutas contra a pobreza extrema e democracia” (LECHNER, 1993, p. 241 apud MOTA, 1998, p. 81).

Após o período de crise econômica enfrentada nos anos de 1980, foi eleito o presidente Fernando Collor de Melo, que apresentou medidas econômicas, através de planos de combate à inflação (Plano Brasil Novo I e II), caracterizados por aspectos neoliberais, que levaram o Brasil a um período de recessão. Tais medidas resultaram em restrições de crédito e da política salarial, bem como cortes de gastos públicos. Foram instauradas as reformas estruturais (BEHRING, 2008, p. 150).

O governo de Collor foi baseado no propósito de adequação, de natureza destrutiva, ao reordenamento mundial, que dentre outros impactos desarticulou aos poucos o desenvolvimento da economia brasileira, sobretudo a capacidade do setor público (idem, 2008, p. 152). Em relação ao enfrentamento das expressões da “questão social” no país, o breve governo utilizou do clientelismo representado, por exemplo, pelas subvenções sociais e medidas da primeira dama, que esteve à frente da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Do

mesmo modo, Collor se colocou contra a aprovação da regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, demonstrando o não interesse da implantação do conceito de seguridade social, já instituída na Constituição de 1988 (ibidem, 2008, p. 154).

O ambiente político de abertura comercial, reestruturação produtiva, desemprego e impactos nas bases sustentadoras dos movimentos sociais levaram estudantes, os chamados “caras pintadas”, às ruas, reivindicando o *impeachment* de Collor, o que contribuiu e junto de outros setores da sociedade levaram ao fim de seu governo em 1992.

O período que corresponde ao mandato do presidente Collor (1990 – 1992) representou tempos difíceis para sociedade brasileira, assim como, para os militares, servidores civis e aqueles que não completaram seu tempo de estabilidade e que não tinham permanência definitiva. A qualquer momento poderiam ser cortados do quadro de funcionários.

Durante o governo Collor o Serviço Social e demais funcionários civis, do Ministério da Aeronáutica, haviam sido colocados em disponibilidade. O período histórico e político foi de incertezas, no qual os funcionários não tinham garantia da continuidade na instituição. O Serviço Social também acompanhou e sofreu influências de todo este período de instabilidade e temor. Diante da incerteza de continuidade, surgiram oportunidades de se trabalhar com as famílias de funcionários civis que viviam no entorno das unidades militares. Muitas viviam nos imóveis da Aeronáutica e, no caso de corte, não teriam imóveis próprios para residir.

Na Academia da Força Aérea (AFA), por exemplo, as primeiras demandas apresentadas ao Serviço Social eram de natureza habitacional, fundiária e de infraestrutura básica, além de questões relativas à saúde do trabalhador, por exemplo. As assistentes sociais foram convocadas para fazer o reconhecimento das famílias e populações assentadas nos terrenos da Aeronáutica, em terras delimitadas como Fazenda da Aeronáutica. As famílias ocupavam moradias cedidas aos funcionários da Força. No entanto, com o passar dos anos e com o crescimento das famílias, muitos construíram novas edificações. Diante deste crescimento, o Comando da Aeronáutica tinha a necessidade de saber quem eram essas famílias. Para levantamento do perfil e identificação, este trabalho foi direcionado ao Serviço Social. Tal demanda contribuiu para a estruturação e revisão do setor do Serviço Social na Academia.

As principais constatações da assistente social foram que as famílias enfrentavam dificuldades relacionadas ao acesso à água e a falta de infraestrutura dos imóveis que eram edificadas. Diante disto, um dos primeiros desafios do profissional foi trabalhar as demandas dessas famílias, resposta que não seria aos militares, ao efetivo, mas sim para usuários

externos.

Apesar dos avanços da Assistência Social no COMAER, neste mesmo período observavam-se transformações políticas e econômicas que aconteceram devido ao avanço dos traços neoliberais, que contribuíram para a Reforma do Estado. No COMAER pode ser observado o sucateamento da instituição, que se configurou em perdas salariais, na precarização das relações de trabalho, nas novas formas de contratação, redução de recursos e na diminuição da qualidade dos serviços institucionais. Todas essas transformações no mundo do trabalho, bem como demissões em massa, polivalência, sobrecarga de tarefas levaram à racionalização e redimensionamento das ações do Serviço Social.

Nos anos seguintes (de 1990 e 2000), a Reforma do Estado ganhou impulso através do Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que também foi presidente do país entre 1995 a 2002, em dois mandatos. FHC foi responsável pela implantação do Plano Real, de recuperação econômica brasileira, sob a influência intelectual de Luiz Carlos Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado.

O Plano Real teve boa aceitabilidade pela sociedade brasileira, uma vez que se encontrava traumatizada pela instabilidade da moeda nacional, da inflação e dos preços. De acordo com Behring (2008) tratava-se de uma variável política-econômica inspirada na esperança. Na verdade, FHC representou um facilitador para viabilizar e sustentar no Brasil o programa de estabilização do Fundo Monetário Internacional e a viabilidade política para o desenvolvimento de reformas norteadas pelo Banco Mundial. Os impactos do Plano Real foram:

(...) o bloqueio de qualquer possibilidade de desconcentração de renda; uma desproporção entre a acumulação especulativa e a base produtiva real, cujo custo recaí sobre o Estado na forma de crise fiscal e compressão dos gastos públicos em serviços essenciais; alienação e desnacionalização (Gonçalves, 1999; Paulani, 1998; Teixeira, 2000) do patrimônio público construído nos últimos cinquenta anos; um remanejamento patrimonial de grandes proporções e com fortes consequências políticas (Paulani, 1998; Miranda & Tavares, 2000); inibição do crédito e inadimplência dos devedores; mudança do perfil do investimento das indústrias, que tende a ser em redução de custos e manutenção, mas não em ampliação da base, em virtude os riscos. Para Tavares (1999), a indiscriminada abertura comercial e a sobrevalorização do câmbio são excessos que impuseram uma camisa-de-força obsessiva, de modo que a expansão da produção e da demanda interna tornam-se ameaças à estabilização, em vez de metas desejáveis (BEHRING, 2008, p. 157).

Na verdade, a proposta do governo de FHC estava centrada no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), que era a expressão institucional governamental. As tendências deste governo foram privatizar a economia nacional, realizar uma reforma do

Estado centrada no funcionalismo público e realizar cortes de direitos previdenciários conquistados historicamente. Todas essas medidas tinham como finalidades a amenização da crise fiscal e alavancar o crescimento econômico.

Em todas essas medidas e propostas governamentais observam-se traços neoliberais, inerentes às estratégias de dominação de classe que teriam reflexos nas relações econômicas, sociais e políticas. Tais estratégias garantiriam um Estado mínimo, liberdades de mercado e poucos investimentos na proteção ao mundo do trabalho (BEHRING, 2008).

Os enfrentamentos políticos, econômicos e sociais supracitados, também tiveram reflexos na Aeronáutica e no Sistema de Assistência Social (SAS) do COMAER. Segundo Zacaron (2016) o SAS caracteriza-se pelos Recursos de Assistência Social (RAS) e pelo Plano de Assistência Social do COMAER e tem por objetivo priorizar as ações sociais, sistematizadas e executadas de forma contínua, anualmente, desenvolvidas pelo Serviço Social, que pode ser identificado pelo seu caráter socioeducativo, preventivo e promocional. “As ações estão estruturadas em cinco grandes programas, que abordam as áreas de Família, Idoso, Assistência Social, Recursos Humanos e Lazer e Cultura” (ZACARON, 2016, p. 72).

A gestão e operacionalização do SAS acontece através da Divisão de Serviço Social (DSS), da Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) da Diretoria de Intendência (DIRINT), órgão central do Sistema de Assistência Social do COMAER.

Em 1993 aconteceu a reformulação das políticas sociais no âmbito do COMAER, expressa na legislação interna do Serviço Social, a Instrução nº 161-12 de 01/09/1993, que “contribuiu para a revisão dos conceitos e atuação da assistente social, com foco nas esferas preventivas, promocionais e educacionais” (ZACARON, 2016, p. 74).

As equipes de Serviço Social do COMAER estão distribuídas nos Núcleos do Serviço Social (NUSESO) formando o maior efetivo de assistentes sociais das Forças Armadas. As ações do Serviço Social são operacionalizadas por meio de uma política de Assistência Social, que organiza o trabalho das assistentes sociais em programas de Serviço Social. À frente de cada programa se prevê pelo menos um assistente social.

As principais atividades desenvolvidas por estes profissionais estão relacionadas ao gerenciamento do orçamento público, que envolve a distribuição de benefícios sociais, capacitação profissional, planejamento e gestão de recursos humanos. Todo o orçamento sob responsabilidade do Serviço Social deve ser esclarecido, o que exige o diagnóstico territorial e institucional que fundamente essa justificativa e reforce a necessidade do Serviço Social naquele Comando.

Os profissionais trabalham com a família dos militares, servidores usuários que têm

por direito o acesso à proteção social, que se materializam através de benefícios, serviços, programas e projetos sob a cobertura do COMAER, assim gerando demanda para o Serviço Social.

Por esta razão cabe ao Serviço Social realizar levantamento e mapeamentos territoriais, da rede social, a fim de manter articulação com as políticas públicas externas ao Comando. Diante destas responsabilidades, as assistentes sociais estão inseridas nos NUSESO, nos hospitais onde ocupam de cinco a seis vagas, delimitando mais e mais espaços ocupacionais para o Serviço Social dentro do Comando da Aeronáutica – COMAER.

Apesar dos avanços do Serviço Social na Aeronáutica, a precarização dos serviços e das instituições públicas também chegou ao COMAER, resultado das franjas da onda neoliberal provocadas pelas agências internacionais e pela aceitabilidade dos governos nacionais das décadas de 80 e 90. Esse processo de precarização pode ser visualizado nas formas de contratação dos profissionais, que podem ser concursados efetivos (Lei 8.112 de 11 de dezembro de 2012) ou por tempo determinado (Lei 8.745 de 9 de dezembro de 2013).

Além disso, Zacaron (2016) revela que existiram lapsos temporais para realização de concursos para ingresso de novos profissionais do Serviço Social. Ao longo do processo histórico e de avanço do trabalho do Serviço Social no COMAER ocorreram episódios de enfrentamentos e dificuldades para a realização de concursos. Por exemplo, no período presidencial de Fernando Collor de Melo foi dificultada a realização de concursos públicos, afetando até mesmo as Forças Armadas.

Desde então, somente em 2013 foi realizado um concurso para profissionais da ativa, ou seja, com projeção de carreira. Zacaron (2016) reforça a informação ao afirmar que 87,3% das assistentes sociais que trabalham no COMAER possuem vínculo de trabalho temporário. A aprovação dos quadros temporários foi um instrumento que surgiu na década de 1990, que serviu para abrir as possibilidades de ingresso de novas assistentes sociais no COMAER e garantir o atendimento aos usuários do Serviço Social, além de recompor o Sistema de Assistência Social no Comando da Aeronáutica.

Os dados apresentados por ZACARON (2016) e as informações extraídas em entrevista mostram que os profissionais do COMAER também vivenciam a polivalência, a terceirização e a subcontratação, bem como a queda do padrão salarial e a ampliação dos contratos temporários. Ou seja, numa mesma instituição, profissionais são contratados das mais diversas formas.

As subcontratações, terceirizações e polivalência são enfrentamentos de assistentes sociais que atuam em outras áreas, bem como de profissionais que exercem outras funções

dentro e fora do campo de trabalho militar. Tais situações expressam a precarização das relações trabalhistas, que é resultado das profundas transformações sociais no mundo do trabalho, bem como da forma com que o Estado exerce suas funções e do modo como são ofertadas as políticas públicas inerentes à lógica neoliberal. A flexibilização das relações de trabalho está relacionada à crise do capital e à capacidade de organização política da classe trabalhadora, das diversas categorias, nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Ao analisar a conjuntura neoliberal, é possível constatar que tais problemáticas foram geradas a partir da mundialização do capital, que revelou uma das faces mais perversas do capitalismo e provocou impactos destrutivos no emprego, nos salários, nos sistemas de proteção social, aumentou a concentração de riquezas e diminuiu a socialização da política (BOSCHETTI, 2008).

A despeito dessa realidade, é frente a ela que o Serviço Social vem avançando com seu trabalho, tendo em vista atender às demandas sociais, tendo como instrumentos de sua prática as políticas sociais que também são alvo do processo de flexibilização e desmonte neoliberal (BERING; BOSCHETTI, 2008).

No que diz respeito ao COMAER, Zacaron (2016) esclarece que apesar da fragilização das formas de contratação, tem sido crescente a busca deste emprego pelas assistentes sociais. Diante disto, é de suma importância compreender este espaço sócio-ocupacional e as possibilidades de trabalho do profissional nesta esfera.

Constata-se que, desde a inserção da assistente social no Quadro Feminino de Oficiais, existem espaços para que a categoria trabalhe com sujeitos sociais da corporação e da sociedade civil. Esta constatação leva a crer que o Serviço Social da Aeronáutica, de algum modo, pode compor as equipes das missões subsidiárias, conforme previsto na Portaria 1.771/2014 e direcionar programas, projetos e atividades para a população do entorno dos quartéis e unidades militares. Observa-se que dentre as várias áreas de atuação, os desastres são apresentados as assistentes sociais desse Comando como demanda, de diversas formas, seja através do atendimento direto ao militar e sua família, ou compondo as equipes das Forças Armadas convocadas para atuação como força subsidiária às Defesas Civas.

### 2.3.1 A Política de Assistência Social do Comando da Aeronáutica – COMAER

É importante enfatizar que o trabalho das assistentes sociais no Comando da Aeronáutica – COMAER se destaca pela sua predominância e responsabilidade na gestão da Política de Assistência Social.

Esta política foi estabelecida e sua estrutura modificada de acordo com a trajetória política, social, econômica e histórica brasileira. Nos primórdios da Assistência Social no Comando, as primeiras assistentes sociais trabalhavam num contexto de reprodução das práticas assistencialistas, individuais, pontuais e relacionadas à filantropia e ao “primeiro-damismo” presente na instituição antes de 1959 (ZACARON, 2016, p. 80). É válido destacar que esta não era exclusividade da Assistência Social no COMAER. A história da Assistência Social brasileira mostra, naquele período, tais características também nas instituições governamentais não militares (YASBECK, 2006).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 ocorreram avanços em relação aos direitos sociais, resultado de uma proposta de construção de um Estado de bem-estar que propunha a universalização de direitos sociais e regulamenta a Assistência Social como um direito de cidadania e política social que compõe a Seguridade Social.

Após a Constituição, em 1992, a legislação do Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica sofreu reformulações, com fins de se adequar aos avanços da legislação brasileira (Constituição Federal de 1988, Política Nacional de Assistência Social, Estatuto da Criança e do Adolescente etc.). Utilizando como referência a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993), a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), órgão central do Serviço Social do COMAER implantou, no ano de 1994, o Programa de Concessão de Benefícios Sociais, que contemplava projetos de saúde, alimentação, habitação e educação, visando garantir acesso aos serviços de Assistência Social ao seu pessoal e dependentes (ZACARON, 2016).

Como resultado desses esforços foi elaborada a Política de Assistência Social no âmbito do COMAER, o que também desdobrou, em 1999, na regulamentação das Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) nº 163-1 (Instrução reguladora das ações sociais do COMAER) e nº 161-1 (Gestão dos recursos da Assistência Social). Nos anos de 2006 e 2008 ambas as instruções foram reformuladas, sendo que em 2010 a ICA 163-1 sofreu novas revisões em conformidade com a Portaria nº 881 do Ministério da Defesa. Zacaron (2016) destaca que nesta última alteração foi extinto o Programa de Concessão de Benefícios Sociais e criado o Programa de Assistência Social.

De acordo com o Ministério da Defesa, por meio da Portaria Normativa nº 1.173 de 06 de setembro de 2006 e da Portaria nº 881 de 26 de maio de 2010/MD foi aprovada a Política de Assistência Social das Forças Armadas. É previsto que a gestão e os programas da Assistência Social do COMAER devem estar em conformidade com a Política de Assistência Social das Forças Armadas. No art. 2º da Portaria Normativa nº 1.173 está explícito que a

finalidade é “orientar a Assistência Social no âmbito das Forças Armadas, garantindo o bem-estar social do seu pessoal” (BRASIL, 2006). Em seu parágrafo único esclarece que seu pessoal consiste em militares e servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas.

Chama-se a atenção que dentre pressupostos básicos (art. 4º, inciso III) descritos na legislação, o Ministério da Defesa orienta que a gestão da Política de Assistência Social das Forças Armadas deve ser em consonância com a Política de Assistência Social estabelecida pelo Governo Federal. As atividades de Assistência Social devem assegurar o bem-estar social do seu pessoal sendo previsto o desenvolvimento de programas e projetos de Assistência Social que visem à identificação de demandas sociais das diferentes Organizações Militares (OM).

No art. 5º da Portaria 1.173/2006 estão descritos os objetivos da legislação, nos quais fica clara a disposição para ampliar e desenvolver a Política de Assistência Social das Forças Armadas e reconhece o profissional de Serviço Social como protagonista da execução e alcance de resultados esperados. Os objetivos são:

I- promover o intercâmbio entre as instituições de assistência social das Forças Armadas; II – aprimorar os recursos humanos necessários à condução das atividades de assistência social das Forças Armadas; III- transmitir os elementos essenciais de assistência social às Forças Armadas desde o início da formação militar; IV – acompanhar a evolução doutrinária da assistência social nos âmbitos nacional e internacional; e V – promover o intercâmbio das Forças Armadas com instituições de pesquisa e ensino de Serviço Social e áreas afins (BRASIL, 2006, p.2).

A partir das orientações e posicionamento do Ministério da Defesa em promover uma política de Assistência Social para as Forças Armadas, as assistentes sociais das Forças e do MD promoveram encontros, fóruns e seminários para a elaboração de tal política.

Nesse contexto, foi promovido o II Simpósio do Serviço Social do COMAER, entre 12 e 15 de junho de 2007, no Rio de Janeiro, com o objetivo de construir respostas aos desafios apresentados à Política de Assistência Social, no cenário histórico da época. Como resultado do evento houve a publicação do livro “Política de Assistência Social no Brasil: desafios para o assistente social”, organizado por assistentes sociais do COMAER e professoras de cursos de Serviço Social que são referência para a comunidade acadêmica.

A publicação reuniu bibliografias sobre Assistência Social e outras políticas públicas, por exemplo, saúde e habitação que podem ser trabalhadas no universo institucional do COMAER. Na publicação foi esclarecido que, neste âmbito, a Política de Assistência Social é contributiva e visa promover o bem-estar do efetivo e de seus dependentes. Logo, visa-se promover a saúde, o ambiente de trabalho, a família, a alimentação e o lazer. É citado o processo de revisão das ICAs 161-1 e 163-1, superando o caráter de gestão financeira presente

nas versões anteriores e adotando o caráter teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão do Serviço Social.

A partir desta revisão foram estabelecidas diretrizes programáticas nacionais que se expressam através de programas e projetos sociais em diferentes níveis: socioeducacional, preventivo e promocional. Além disso, foi previsto a formação de Comitês Regionais de Serviço Social para periodicamente reunir as assistentes sociais distribuídas em cada Comando Aéreo Regional (COMAR) para se mapear as demandas regionais. Também foi prevista a criação de um Fórum Nacional de Serviço Social, para a reunião anual de todos as assistentes sociais do COMAER, a fim de avaliar o impacto das ações sob responsabilidade do Serviço Social e propor formas de intervenção.

Destacam-se os quatro objetivos traçados pelas assistentes sociais que promoveram este evento. Ficou claro que o propósito é romper com uma prática desarticulada e conservadora dentro e fora do COMAER, se comprometendo com a promoção de direitos. Os objetivos registrados na publicação supracitada foram:

Divulgar junto aos altos escalões e junto aos usuários (com uma visão ainda bastante conservadora e assistencialista) a visão da assistência social consolidado na Constituição Federal de 1988; ampliar e integrar programas e projetos sociais; ampliar o espaço de participação das assistentes sociais e dos usuários do SAS no processo de planejamento das ações sociais; propiciar a capacitação profissional continuada as assistentes sociais (CAVALCANTI et. al., 2007, p.7).

Um breve levantamento permitiu identificar que nos anos seguintes foram realizados outros eventos de natureza similar, no âmbito do COMAER, das Forças Armadas e do Ministério da Defesa, porém não foi possível recolher dados e informações com profundidade diante da dificuldade de mapear materiais sistematizados. Foi possível reunir singelas informações sobre o 1º Encontro de Assistentes Sociais do Ministério da Defesa (MD)<sup>6</sup> e o 2º Encontro de Assistência Social das Forças Armadas, promovidos em 2008, e o VI Fórum de Assistentes Sociais, em 2017.

O 1º Encontro foi sediado pela Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM). Estiveram presentes militares e servidores civis da Marinha, Aeronáutica e Exército, bem como representantes do Departamento de Saúde e Assistência Social do MD. O objetivo do evento foi discutir as Diretrizes Estratégicas da Assistência Social das Forças Armadas, inseridas na Estratégia Nacional de Defesa.

No evento também foram tratados assuntos relacionados às ações intersetoriais e

---

<sup>6</sup> Nos registros desse evento não foi possível identificar seu ano de realização. Todas as informações registradas foram colhidas na página de internet da Diretoria de Assistência Social da Marinha do Brasil.

multidisciplinares bem-sucedidas como o Programa Forças no Esporte (PROFESP)<sup>7</sup>, que oferece atividades esportivas e acompanhamento médico e social para 16 mil crianças e adolescentes com idades entre sete e 17 anos, resultado de uma parceria entre Ministério dos Esportes, Ministério da Defesa e Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

Em outubro de 2008 aconteceu o 2º Encontro de Assistentes Sociais do Ministério da Defesa (MD), realizado por intermédio da Secretaria de Organização Institucional (SEORI) e do Departamento de Saúde e Assistência Social (DESAS), no Terceiro Comando Aéreo (III COMAER). Organizado pelo Comando da Aeronáutica, teve como objetivo principal promover o intercâmbio de informações, a reflexão e a proposição de diretrizes para programas sociais prioritários a serem prestados por cada Força. Estes programas são: “Programa de atenção à pessoa com deficiência”, “Programa de preparação para a reserva/aposentadoria”, “Programa de apoio socioeconômico” e “Programa de prevenção à dependência química”.

Estes eventos reuniram pautas que revelam ações do Serviço Social direcionadas para o público civil. Observa-se que apesar de prioritariamente atender seu corpo de funcionários, através do Ministério da Defesa e parceiras vêm sendo realizados esforços para cessão de seu pessoal, para o desenvolvimento de serviços relacionados às políticas públicas que podem atender a necessidades do público civil, principalmente das populações residentes no entorno dos quartéis – em alguns casos, em comunidades dominadas pelo poder paralelo. É possível que uma das razões do emprego e oferta de tais programas e projetos seja a criação de uma boa relação com a população civil e o controle das ameaças representadas pelas organizações criminosas.

Além dos encontros realizados no âmbito do Ministério da Defesa, para tratar de questões relativas à política de Assistência Social, através da Universidade da Força Aérea (UNIFA) o COMAER sediou o VI Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa. O evento aconteceu entre 04 e 06 de junho de 2017 e recebeu cerca de 80 participantes militares e civis, bem como profissionais responsáveis pela gestão dessa política nas demais Forças (Marinha e Exército). O tema central do encontro foi a “Identidade da Assistência Social nas Forças Armadas” destacando o papel da proteção social, de garantia do bem-estar do efetivo e os novos requerimentos para as assistentes sociais no âmbito da Política Setorial de Defesa.

---

7 O Programa Forças no Esporte é resultado de uma parceria entre Ministérios e multidisciplinar. Trata-se de uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, desenvolvido pelo Ministério da Defesa, com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica, e em parceria com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e Agrário. O programa prevê a cessão de unidades militares, bem como a oferta de serviços, pelas Forças Armadas como serviço médico, odontológico e de assistência social, coordenadores, transporte e monitores.

O encontro representou mais uma oportunidade dos profissionais militares do Serviço Social debaterem sobre a política de Assistência Social, trocar experiências e contribuir para a produção de conhecimento. É importante destacar a legitimidade e o reconhecimento que este tipo de espaço de diálogo vem ganhando dentro do COMAER. O Fórum contou com a participação de autoridades do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.

A partir da análise das legislações do Ministério da Defesa e das informações sobre a promoção dos encontros organizados no âmbito do Serviço Social para tratar da política de Assistência Social, observou-se que nas Forças Armadas, a Política de Assistência Social promove a troca entre as instituições que a compõem, o aprimoramento do seu pessoal e a capacitação profissional, se aproximando das instituições de ensino de Serviço Social, seguido da padronização e normatização da Assistência Social voltada para militares e seus dependentes, por meio de programas e projetos.

Segundo uma das entrevistadas, “a profissão é aquilo que ela escreve, dentro daquilo que ela expressa” (assistente social do COMAER, 2017). Desta maneira, o Serviço Social do COMAER garantiu a sua importância para a política de Assistência Social como é dado para política de Saúde na Força. Até os anos 2000, segundo uma das entrevistadas, o Serviço Social não tinha destaque. A partir da Portaria Normativa nº 1.173 do Ministério da Defesa foram gerados impactos que legitimaram a ampliação de direitos dentro do COMAER, bem como a socialização do trabalho do Serviço Social e, principalmente, a qualificação do acesso.

O Serviço Social nas instalações do COMAER passou a ter um espaço físico delimitado, bem como o sigilo profissional resguardado. Do mesmo modo, seus relatórios passaram a ter credibilidade diante dos comandantes, sendo instrumento fundamental na justificativa para captação de recursos. Tendo em vista cooperar para o crescimento e desenvolvimento nacional, conforme orienta a Estratégia Nacional de Defesa, suas legislações passaram a ter relação com legislações que visam promover direitos da população, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, dentre outros.

É importante esclarecer que apesar dos avanços conquistados pelas assistentes sociais do COMAER, “nem tudo é um mar de rosas” (como dito por uma assistente social do COMAER, 2017). Dentro do contexto da Força existem enfrentamentos e muito a se conquistar. Reforça-se que a apreciação das ações desses profissionais no processo de desastre pode servir de inspiração e balizar o envolvimento cada vez maior de assistentes sociais de outras esferas nas ações de proteção de Defesa Civil.

## **CAPÍTULO 3 - SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DE DESASTRES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA AÇÃO REALIZADA NO COMAER**

### **3.1. Serviço Social e desastres na proteção e Defesa Civil**

O Serviço Social é reconhecido como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. No contexto dos desastres ambientais, os profissionais desta área são requisitados para alargar as equipes que trabalham para prevenir, mitigar, preparar, responder e recuperar as refrações geradas pelos desastres, sendo essas ações de proteção e Defesa Civil previstas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDC (Lei 12.608 de 10 de abril de 2012).

A profissão é considerada pelos estudiosos da categoria (IAMAMOTO, 2005; NETTO, 2006; GUERRA, 1999) como generalista, por trabalhar com as expressões da “questão social”, através de políticas públicas em órgãos públicos, privados e da sociedade civil como pesquisadores, professores, técnicos, assessores e consultores. Neste sentido, compreender o lugar que o Serviço Social ocupa na política de Proteção e Defesa Civil, bem como no contexto dos desastres é importante, no sentido de identificar as especificidades da profissão e quais seus limites e possibilidades nesta política pública.

Esta análise e destaque sobre a importância do Serviço Social e a relação com sua atuação no contexto de desastres pretende contribuir para a qualificação deste campo de trabalho, que ainda pode ser mais explorado pela categoria – e a mesma pode definir, de forma mais ampla, a sua contribuição na garantia dos direitos sociais de cidadãos afetados.

Valencio (2009) afirma que o Serviço Social, no conjunto das “technicalidades”, tem um papel central como profissão das Ciências Sociais. Isto se deve ao seu arcabouço de orientações teórico-metodológicas e técnico-operativas, que podem contribuir com o conjunto de saberes das equipes de proteção e Defesa Civil, a partir de um olhar diferenciado sobre as dimensões sociais, econômicas e políticas dos desastres.

No âmbito das Ciências Sociais e Humanas e para o Serviço Social a definição de desastres considera as dimensões anteriormente citadas, o que leva a compreensão de que se trata de um processo sócio-histórico, perpassado por conflitos sociais, ambientais e socioespaciais instalados em uma sociedade de classes, que “são potencializados e acrescidos de outros elementos conjunturais quando irrompem fenômenos físicos como estiagens, secas, vulcões, tempestades, deslizamentos, furacões, inundações, dentre outros” (SIQUEIRA, 2015, p. 57).

O desastre ambiental institui-se como um processo e situação, não se restringindo a um evento emergencial (idem, 2015). Entende-se que como processo ocorrido no seio da

sociedade capitalista pode compor as expressões da “questão social”<sup>8</sup> criadas nesta sociedade.

Fincadas em uma sociedade capitalista, as características a ela inerentes e aquelas construídas pelos processos de desenvolvimento vão ser o substrato por onde expressões da questão social se reproduzem, mesmo que com novas roupagens, demarcando as fronteiras das relações sociais (SIQUEIRA, 2015, p. 60).

A autora, citando Yazbek (2006), afirma que a “questão social” é inerente à sociedade capitalista na qual ocorre a apropriação da riqueza socialmente produzida. A “questão social” se manifesta nas lutas e conflitos sociais polarizados pelas manifestações e dos movimentos sociais e sindicais no enfrentamento ao Estado e ao patronato.

As refrações da “questão social” são objeto de trabalho e estudo do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005), que opera nas suas mais variadas expressões manifestadas nas mais diversas áreas como saúde, educação, trabalho, habitação, assistência social etc. Essas manifestações podem ser acirradas em contextos de desastres. Segundo Siqueira (2015), os desastres também são refrações da questão social.

Desastres também são expressão da questão social, uma vez que tais objetivações anteriormente elencadas propiciam e aprofundam processos de vulnerabilização, notadamente em contextos de acirramento das desigualdades sociais e redução dos direitos sociais. As condições existentes e processos em andamento desde já conformam as bases ruídas de um desastre em curso, que aumentará a sua expressão proporcionalmente ao confronto entre esse passivo e a ocorrência de um fenômeno físico datado (estiagens, chuvas, furacões, terremotos, entre outros) (SIQUEIRA, 2015, p. 61).

Trabalhar em prol de dar respostas às manifestações da “questão social” “dependerá das condições sociais, econômicas, políticas e técnicas de respostas/ recuperação” (SIQUEIRA, 2015, p. 62). Conforme estarão dispostas essas condições, as desigualdades decorrentes das relações históricas poderão ser aprofundadas. Siqueira (2015) chama atenção para a necessidade de se ter clareza de que somente o Serviço Social, por si só, não tem condições de dar conta das contradições do sistema capitalista nas quais atua. Contudo, poderá atuar nas expressões da “questão social” munido de seu arcabouço teórico operativo naquilo que é da natureza do seu campo de trabalho, articulando outros atores e políticas.

É importante destacar que a profissão possui múltiplos fatores que a influenciam na contemporaneidade. Alguns destes correspondem ao projeto ético-político, no qual o Serviço

---

<sup>8</sup> Segundo Netto (2006, p. 157) a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/ trabalho – a molecular *exploração*. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicasidade, ele implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por ‘questão social’) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos”.

Social assume um compromisso com a classe trabalhadora e com a promoção de direitos – projeto este que se expressa no atual Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662 de 7 de junho de 1993) e nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) DE 1999. Também compõem este projeto de profissão as opções teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que orientam o trabalho profissional, bem como sua visão de mundo, as demandas da população e/ou projetos institucionais.

É previsto que o fazer profissional seja inspirado e norteado pelo projeto ético-político da profissão, que determina o compromisso político da categoria e expressa a defesa intransigente dos Direitos Humanos e a viabilização do exercício da cidadania.

Munidos desse arcabouço da profissão, as assistentes sociais, no contexto dos desastres, devem assumir uma postura clara, comprometida com as referências coletivas e legítimas do Serviço Social. Por esta razão, na atuação profissional, a neutralidade e um posicionamento de negação da realidade social inviabilizam o emprego de uma prática diferenciada que contribua para responder às expressões da “questão social”. Em relação à atuação do profissional do Serviço Social, ao delinear sobre o estudo dos conflitos gerados no contexto de desastres, Siqueira (2015) sinaliza que este profissional poderá adotar diferentes posturas.

A autora apresenta três que o profissional pode adotar em relação ao conflito, ainda que existam os fatores acima citados norteando a profissão. A primeira, uma postura de consenso, sem enfrentamento das questões que determinam o conflito gerador da “questão social” e suas expressões. A segunda diz respeito à negação do conflito e a terceira pode ser a promoção de mediações para construção de espaços democráticos de esclarecimento, divulgação e embate do conflito (SIQUEIRA, 2015).

A escolha de uma postura, como apontado pela pesquisadora, pode contribuir para o debate sobre as causas dos conflitos gerados no âmbito dos desastres. Segundo Siqueira (2015) é de suma importância este debate, visto que através dele pode ser partilhada a preocupação com as contradições enfrentadas nos desastres ambientais, entre os demais profissionais atuantes ou aqueles que atuarão neste processo social.

O apontamento da autora reforça a necessidade de reafirmação da prática do Serviço Social, à luz do projeto ético-político da profissão e das dimensões que podem orientar a atuação das assistentes sociais e influenciar a operacionalização dos serviços, projetos e políticas que se empregam no contexto dos desastres. Siqueira (2015) volta a destacar que este debate não é exclusivo do Serviço Social, e sim do campo das Ciências Sociais e Humanas.

Com base na análise dos registros de pesquisadores do Serviço Social, que estudam desastres (SIQUEIRA, 2015; DUTRA, 2017; VARGAS, 2015) foi possível sintetizar informações que caracterizam o trabalho da assistente social neste contexto.

O trabalho profissional em tais processos e a adoção de uma postura profissional estão condicionados a limites e possibilidades impostos, que podem gerar desafios e impasses as assistentes sociais. Vargas (2015) problematiza os impasses impostos a este profissional, que pelo projeto ético-político deve manter uma busca incondicional pela garantia dos direitos das “vítimas dos desastres”, pela proteção social conquistada historicamente e resguardada jurídica e formalmente, que são confrontadas com a racionalidade técnico-institucional na qual este profissional está inserido de forma precária (VARGAS, 2015, p. 123).

Segundo a autora, esta forma de inserção representa um risco de retrocesso na própria profissão, a práticas assistencialistas e conservadoras, diante do que algumas atuações em gestão de desastres vêm fomentando. Este risco nada mais é do que o reflexo da tensão entre projetos profissionais distintos, com origens técnica-operativas e teórico-metodológicas diferentes.

No âmbito institucional, a assistente social trabalha direta ou indiretamente no contexto dos desastres e ocupa espaços no executivo, legislativo e judiciário, isto é, na esfera pública, mas também em empresas privadas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Na esfera pública, em sua maioria, está inserido em Secretarias de Assistência Social, órgão que no período de ocorrência de eventos extremos sempre é acionado para contribuir nas ações de resposta e recuperação. Assistentes sociais de outras Secretarias também são convocadas e uma pequena parcela desses profissionais está inserida nas Defesas Cíveis municipais, com maior concentração nas regiões sul e sudeste do Brasil (DUTRA, 2017).

A assistente social como profissional que trabalha na articulação de serviços e políticas públicas que contribuem na resposta às expressões da “questão social”, tem seu fazer profissional delineado no âmbito da própria categoria. Com base na Lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) e o Código de Ética do Serviço Social, as assistentes sociais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas sociais públicas, inseridos nas mais diversas áreas. Também estão inseridos na esfera privada e no Terceiro Setor, principalmente atuando na gestão e distribuição de benefícios sociais e bens de consumo, especificamente relacionados a desastres, calamidade pública, catástrofe e ações humanitárias.

Tendo em vista compreender como se dá a atuação das assistentes sociais no contexto dos desastres ambientais, torna-se importante compreender como é considerado seu trabalho na agenda pública dos órgãos responsáveis pela garantia dos direitos da população. A

mobilização e debate sobre a temática dos desastres entre os diversos segmentos da sociedade é um convite ao Serviço Social para refletir sobre qual o seu lugar e como deve ser sua prática no conjunto de ações e serviços que podem ser empregados no contexto dos desastres.

Diante das possibilidades de trabalhar no contexto dos desastres, é importante apreciar como se dá a aproximação do Serviço Social com a política de Proteção e Defesa Civil. Esta política pública, em nível nacional e internacional, está a frente da gestão de desastres, direcionando desde o planejamento até a operacionalização das ações.

O aumento de eventos extremos entre os anos de 2005 e 2015, que podem ser configurados pelas Defesas Cívicas como situações de desastres, catástrofes, emergências e calamidades públicas, aconteceram de forma escalar no Brasil e no mundo. Registros numéricos no Marco de Sendai para redução de risco em desastres (2015 – 2030) revelam expressivos aumentos desses fenômenos e o alto quantitativo de mortes e pessoas deslocadas<sup>9</sup>. Entre o período de 2005 a 2015 foram registrados no mundo mais de 700 mil mortes, mais de 1,4 milhão de pessoas feridas e cerca de 23 milhões de desabrigados (ONU, 2015, p. 4).

O Marco de Sendai foi adotado na Terceira Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada entre 14 e 18 março de 2015, em Sendai, Miyagi, no Japão. Foram traçados objetivos para que os países que os seguirem tenham os riscos de desastres reduzidos, bem como melhorados outros fatores relacionados ao fenômeno.

Em nível mundial, outra iniciativa coletiva importante aconteceu através da reunião da Cúpula das Nações Unidas que traçou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015 – 2030), uma agenda de 17 objetivos e 169 metas, na qual governos, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada se comprometem em cumprir e orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos 15 anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Todas as temáticas abordadas perpassam dimensões socioeconômicas e sociopolíticas que devem ser trabalhadas para se vislumbrar a redução dos desastres ambientais. Destaca-se o objetivo nº 11, que prevê tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, o que evoca a necessidade de trabalhos intersetoriais e equipes multidisciplinares para gestão e operacionalização das políticas públicas e privadas que se relacionam com o tema dos desastres.

---

<sup>9</sup> “São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção. Mesmo tendo sido forçadas a deixar seus lares por razões similares às dos refugiados (perseguições, conflito armado, violência generalizada, grave e generalizada violação dos direitos humanos), os deslocados internos permanecem legalmente sob proteção de seu próprio Estado – mesmo que esse Estado seja a causa de sua fuga” (ACNUR, 2018).

A proteção e Defesa Civil, no Brasil, se materializam em formas de intervenção política e técnica para redução de desastres a nível nacional. Estas propostas de intervenção foram reconhecidas e legitimadas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), pela Lei 12. 608 de 10 de abril de 2012. A legislação dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC). Através dessa política tornou-se clara a responsabilidade da União, dos Estados e municípios por promover medidas necessárias à redução de risco em desastres, através da promoção de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

Em parágrafo único, a lei esclarece a necessidade de integração com outras políticas públicas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, educação, desenvolvimento sustentável e demais políticas setoriais.

No art. 18 da PNPDEC estão definidos os agentes que podem atuar na proteção e Defesa Civil, sendo estes:

I - os agentes políticos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela direção superior dos órgãos do SINPDEC; II - os agentes públicos responsáveis pela coordenação e direção de órgãos ou entidades públicas prestadores dos serviços de proteção e Defesa Civil; III - os agentes públicos detentores de cargo, emprego ou função pública, civis ou militares, com atribuições relativas à prestação ou execução dos serviços de proteção e Defesa Civil; e IV - os agentes voluntários, vinculados a entidades privadas ou prestadores de serviços voluntários que exercem, em caráter suplementar, serviços relacionados à proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2012, s.p.).

A legislação específica clareia que agentes civis ou militares podem atuar na proteção e Defesa Civil, o que possibilita ser a composição das equipes de Defesa Civil um grupo técnico multidisciplinar diverso, que reúne saberes que permitem uma leitura ampla do fenômeno e uma intervenção abrangente da totalidade em desastres. Neste sentido, sugerir a inserção do Serviço Social nas equipes multidisciplinares de Defesa Civil é pertinente e importante para leitura das dimensões socioeconômicas e sociopolíticas, tendo em vista promover ações de proteção e Defesa Civil que condizem com a realidade social da população “vítima de desastres”.

Quando inserido nas equipes multidisciplinares de Defesa Civil, ou convocados a atuar nos desastres ambientais, os profissionais que compartilham este espaço de trabalho com o Serviço Social são, em sua maioria, das áreas das ciências exatas e naturais. É possível identificar os mais diversos profissionais além da assistente social. Vargas (2015) aponta a existência de cientistas, peritos, especialistas e técnicos, que podem ser engenheiros, geólogos, geógrafos, analistas ambientais, urbanistas, psicólogos, advogados etc.

Dutra (2017), em sua pesquisa sobre a atuação de assistentes sociais na Defesa Civil dos municípios brasileiros, identificou que em algumas Defesas Cíveis municipais ocorrem casos do órgão ser composto por um secretário ou coordenador acompanhado por profissionais administrativos. Em outros cenários o órgão de proteção e Defesa Civil é representado por um único profissional, evidenciando a precarização da prestação do serviço desta política pública. A pesquisadora apontou em seu trabalho que, das 142 Defesas Cíveis municipais pesquisadas, apenas 34 possuem assistentes sociais na composição da equipe.

A autora traz à tona a fragilidade da Política de Proteção e Defesa Civil mostrando que falta uma política de proteção do Estado como um todo. Falta a criação de mais COMPDEC, mas também uma estruturação para seu funcionamento eficiente. O que se tem observado, na maior parte dos órgãos, são níveis alarmantes de precariedade, gerando inúmeras dificuldades que, por vezes, tornam impossível a realização de todas as atribuições especialmente àquelas vinculadas às etapas anteriores ao impacto (idem, 2017).

De um modo geral, para se trabalhar os desastres e a própria política pública de proteção e Defesa Civil, a autora reforça que faltam recursos e profissionais qualificados, assim como capacitação e estrutura, e que se mantém uma racionalidade técnica voltada para as ações de resposta. Ou seja, existe uma racionalidade que influencia a gestão dos desastres, dificultando maior diálogo com outras áreas do saber e até mesmo com os afetados, famílias e comunidades. Esta perspectiva se agrava com a análise que Dutra (2017) faz, ao sinalizar as problemáticas estruturais e ausências dos órgãos de Defesa Civil em nível municipal.

Ao explicar o caminho metodológico adotado para o levantamento de dados de sua pesquisa, Dutra (2017) esclarece que enfrentou dificuldades de acesso a informações sistematizadas e os poucos dados que se referem à Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Ela afirmou que se trata de um dos grandes limitadores de pesquisas na área, que se agrava com as mudanças de governo e dos gestores dos órgãos de proteção e Defesa Civil em suas diferentes esferas. Na realidade, este enfrentamento se estende às assistentes sociais, visto que pouco se sabe sobre as atividades desenvolvidas por estes profissionais na gestão de desastres no país.

Segundo Vargas (2015), o trabalho da assistente social está vinculado a processos que seguem dois caminhos: o primeiro permite a continuidade das contradições próprias do modelo capitalista, e o segundo cria possibilidades para sua transformação. Neste sentido, o fazer profissional está relacionado ao significado social da profissão e sua funcionalidade e finalidade, ou seja, a prática profissional é influenciada pelo contexto social onde se está inserida. Por esta razão, o profissional deve ter seu olhar voltado para as relações sociais, na

qual emprega sua prática para se evitar uma leitura unilateral sobre a execução de suas ações (DUTRA, 2017).

O conjunto de práticas do Serviço Social no contexto dos desastres deve estar em consonância com o projeto ético-político da profissão, e concretizado pela sua instrumentalidade, buscando-se contribuir com respostas às expressões da “questão social” e com a promoção dos direitos sociais.

Para atuar no contexto dos desastres, as assistentes sociais têm sido convocadas a atuar no impacto ou pós-impacto. Apesar de sua capacidade para atuar em todas as ações de proteção e Defesa Civil, o Serviço Social tem sido empregado somente na resposta e recuperação. Estas constatações são reforçadas por Siqueira (2015), Vargas (2015) e Dutra (2017). Como este profissional nem sempre está inserido de forma integral em ações de prevenção, mitigação e preparação, sua prática e modo de trabalho podem ser comprometidos, reduzindo a assistente social em um “executor terminal da política pública” (VARGAS, 2015, p.130).

Diante disto, o profissional acaba por trabalhar na distribuição de benefícios eventuais devido à falta de uma política estrutural de atendimento integral ao cidadão. Passa a estar limitado ao trabalho de acolhimento imediato de grupos afetados, sem condições dignas de segurança. Realiza administração de abrigos temporários, identificação de perdas e cadastramento da população, seguido da articulação da rede social e pública e inserção dos afetados na rede socioassistencial (idem, 2015, p. 135).

Sem prejuízo da importância dessas atividades, elas cabem a assistente social, mas o potencial de atuação desta profissional pode ser ampliado, contribuindo com resultados e impactos de transformação da realidade social. Eles realizam atendimento social, no qual estabelecem uma escuta qualificada que possibilita a identificação de demandas acerca das experiências vividas pelos sujeitos sociais, famílias e demais grupos. Ou seja, esse profissional pode sistematizar dados e informações de natureza socioeconômica, além de ter capacidade de leitura da realidade social, que se relacionados às técnicas de pesquisa, monitoramento, avaliação e gestão de programas, projetos e políticas que podem contribuir nas ações de prevenção, mitigação e preparação de proteção e Defesa Civil.

“Os problemas não cessam com o fim da emergência” (DUTRA, 2017, p.165). Após a crise aguda do desastre evidencia-se o desdobramento, que nada mais é do que uma série de demandas sociais que chegam ao Serviço Social, seja na Defesa Civil e/ou em outros espaços sócio-ocupacionais. Por exemplo, diante das dificuldades e demora na realocação das famílias, o Serviço Social torna-se responsável por acompanhar os casos que dependerão da

disponibilidade de aluguel social, assim como se ampliam as demandas das políticas de Assistência Social.

Ou seja, o desastre sendo uma expressão da “questão social”, ou contribuindo para agravá-las (SIQUEIRA, 2015), faz emergir novas demandas de intervenção para o profissional, seja no âmbito institucional e/ou nas comunidades afetadas por deslizamentos, alagamentos, enchentes e outros eventos.

Diante do aumento exponencial de demandas para a assistente social, seja da Defesa Civil ou em outras Secretarias Municipais ou Estaduais, por exemplo, Secretarias de Assistência Social, observa-se a necessidade de sistematização da prática profissional, seguida da ampliação do trabalho do Serviço Social na gestão dos desastres. Esta inserção pode contribuir na qualificação das ações de proteção social, no emprego de ações socioeducativas e de participação social que contribuam para que vítimas de desastres em potencial, comunidades e populações estejam preparadas.

Em relação à mobilização do Serviço Social para gestão de desastres, como já dito, quase sempre as assistentes sociais são convocadas para trabalhar nos impactos dos eventos extremos e, prioritariamente, são oriundos das Secretarias de Assistência Social. Conforme as áreas técnicas hegemônicas das Defesas Cívicas, este setor público reúne os profissionais para atender ao “social”, ao “humano”, como uma forma de socorro e ações rápidas de identificação das populações afetadas de controle social.

O resultado desta dinâmica é que a intervenção social acontece sem qualquer preparação, “o que reforça a prática do “aprender fazendo” em detrimento de um investimento formativo dos profissionais no tema” (DUTRA, 2017, p. 126).

Apesar dessas contrariedades, reforça-se a inclusão do Serviço Social nas equipes multidisciplinares de Defesa Civil, para colaborar em todas as etapas da gestão de desastre. Tal recomendação subsidia e reforça que o fazer profissional do Serviço Social pode contribuir para o emprego de ações técnicas operacionais qualificadas, no âmbito da Defesa Civil. O Serviço Social, enquanto profissão de nível superior, que reúne capacitação para atuar na gestão, planejamento e execução das políticas públicas sociais, apresenta possibilidades para o trabalho conjunto das equipes multidisciplinares que atuam na gestão dos desastres. Ainda que existam limites, que se expressam na ausência do reconhecimento que esta profissão, assim como outras das Ciências Humanas e Sociais, pode somar conhecimentos teórico-metodológicos e técnico-operativos em todos os níveis do planejamento e gestão de desastres.

Vargas (2015, p. 124) reforça que o “desastre está inserido num campo de disputas, no

qual os atores envolvidos não falam a partir de um mesmo lugar e sobre um mesmo processo”. Trata-se de disputas caracterizadas por estratégias expressadas no discurso e nas práticas. Nessa disputa destaca-se “a visão hegemônica que tende a definir os desastres como um evento ‘natural’, quando são apresentados como fatalidades diretamente associadas a algum evento da natureza” (VARGAS, 2015, p. 124).

Ante a esses enfrentamentos, as competências profissionais devem estar assentadas num terreno crítico, com herança intelectual incorporada na categoria e nos seus órgãos representativos, bem como uma objetividade do conhecimento que ultrapasse a burocracia institucional (IAMAMOTO, 2008 apud VARGAS, 2015), além de uma competência técnica-política não apenas com foco no saber fazer, mas direcionada pelo contexto sócio-histórico e político da sociedade.

A adoção dessa postura profissional permitirá a realização de mediações e a recusa da naturalização da vida social, o messianismo, o fatalismo e uma visão heroica de profissão. Esta postura deverá ser acompanhada de uma não neutralidade na intervenção técnico-operativa da assistente social, demonstrando o modo de ser da profissão, que é o seu diferencial e a torna reconhecida (GUERRA, 1999). Segundo Vargas (2015) é *mister* considerar a unidade formada pelas três dimensões do Serviço Social, sendo elas: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Sobre as três dimensões da profissão a autora enfatiza que:

É no cotidiano profissional que as dimensões da profissão se atravessam, se entrecruzam, mas também se confrontam, a todo momento, conformando uma unidade de elementos diversos e, ainda, se sobrepondo umas às outras (VARGAS, 2015, p. 128).

A autora chama a atenção para a necessidade de o Serviço Social pensar seus instrumentos e técnicas, que são e poderão ser utilizados na intervenção profissional, conduzidos por uma postura crítica. Logo, num contexto onde é predominante o uso das técnicas, como no contexto dos desastres, a instrumentalidade do Serviço Social deve ser destacada, visto que as equipes atuantes são compostas por profissionais de formações diversas, principalmente das ciências naturais e/ou exatas. Tais equipes traduzem certa hegemonia no direcionamento das ações da gestão de desastres, “baseada numa racionalidade objetivista” (VARGAS, 2015, p. 129).

Esta representatividade diz respeito a um espaço de poder, de decisão sobre os diversos lugares que podem ocupar em relação aos desastres, isto é, o poder público representativo, a ciência e a interlocução com o meio social, são postos numa posição de saber supremo, acima de saberes como as Ciências Sociais e Humanas e os saberes populares.

Esse meio técnico institucional tem representado, de maneira geral, as autoridades em desastre. Supomos que ela diga respeito não apenas a pessoas e às posições por elas ocupadas nos diferentes escalões e cargos das três esferas de governo, mas também àqueles que fazem a interlocução com o meio social a partir de outros lugares privilegiados – dentre eles, a ciência. Esses lugares que se projetam como privilegiados nas instâncias públicas, nas privadas com as quais estabelecem interlocução e também no âmbito do saber científico são tidos como portadores de uma interpretação sobre o mundo que é mais “qualificada”, se tornando, pois, “lugar de autoridade” – e, como supomos, lugar de poder (VARGAS, 2015, p. 129).

A autora destaca que as assistentes sociais, quando mergulhadas no mar dessas autoridades, suas concepções, objetos, racionalidades e princípios podem interferir na leitura e ação do profissional sobre o desastre. Sinaliza que a instrumentalidade utilizada pela assistente social, profissional que se projeta no imaginário social a partir prioritariamente da execução da política de Assistência Social quando dos desastres, deve estar relacionada à finalidade que carrega sua profissão. Ou seja, não se pode deixar que as dimensões da profissão, no contexto de desastres, caiam numa *práxis* manipulatória ou por um fazer mecanicista realizados meramente para cumprimento de rotinas (VARGAS, 2015), sem levar em consideração a sua finalidade e o contexto social onde intervém.

Diante dos destaques é importante analisar para que as assistentes sociais têm sido convocadas a atuar no contexto dos desastres. Como já registrado anteriormente, são chamadas para atuar nos impactos dos eventos que aprofundam tais processos, o que não cria alternativas a não ser empregar uma prática que corre o risco de ser imediatista e de execução terminal de políticas públicas. Além disso, quando convocados, esses profissionais não estão inseridos nas equipes de proteção e Defesa Civil, mas voltados para gestão e operacionalização de demandas de outros setores públicos e privados. Observa-se que na crise aguda dos desastres, as assistentes sociais das Secretarias de Assistência Social são convocadas, pois no imaginário social e dos órgãos responsáveis pela proteção e Defesa Civil, o “social” será resolvido pela Assistência Social.

Observa-se um reducionismo, diminuindo sua participação “em ações de planejamento, assessoria e gestão social fundamentadas na intersetorialidade e transversalidade das políticas” (VARGAS, 2015, p. 131). O que ocorre é que, no contexto de desastre, colocam-se em xeque as possibilidades de se criar melhores condições de promoção da proteção social.

A participação do assistente social no contexto da gestão de desastres instiga-nos à reflexão sobre o impasse entre a defesa de seu projeto profissional coletivo e as severas limitações que lhes têm sido impostas, configurando uma intervenção pontual, restritiva, cuja natureza pode simbolizar um retrocesso ao que está sendo denominado de *reino da necessidade*, em contraponto ao que chamaremos de *reino*

*dos direitos*. Esse impasse não se coloca para o assistente social apenas em contextos de desastres, mas diante das expressões da questão social de modo mais geral, sendo indispensável referenciá-la nas características próprias do modo de produção e reprodução dessa sociedade e, por consequência, dos mecanismos gestados para a sua manutenção (VARGAS, 2015, p. 131).

Este cenário se agrava quando, em muitos casos, são desconsideradas as particularidades socioculturais dos grupos afetados e se evita debates sobre os processos de vulnerabilização que colocam tais grupos em posições distintas diante do fenômeno desastre. Reforçando estes enfrentamentos, o caráter militar, hierarquizado e vinculado à realidade institucional de corporações da segurança pública, alarga o distanciamento e a ausência de comprometimento com negociações norteadas por bases democráticas.

Além do enfrentamento das distintas concepções acerca da realidade social e seus processos, a participação das assistentes sociais nos desastres é dificultada pela vulnerabilização dos vínculos trabalhistas (contratos temporários, baixos salários etc.) destas profissionais com os órgãos responsáveis pela gestão. Vargas (2015) exemplifica a ocorrência de tais situações, principalmente nas Defesas Civas municipais e nas Secretarias de Assistência Social municipal, acionadas principalmente em caráter emergencial, além das entidades de natureza filantrópica que no momento do socorro agregam-se ao trabalho social para atender os afetados.

Enfatizar estas vias de contratação da assistente social é importante, pois traz à tona um fator que pode ser determinante nas intervenções profissionais. Relativiza-se o seu poder de atuação, diminui-se sua autonomia e sua contribuição no processo de gestão social do desastre. Chamado para cumprir as ações de caráter emergencial, a assistente social tem sua prática associada a características temporárias, que não compõem sua essência contemporânea da profissão.

As ações/ atribuições restritas destinadas a atender ao *reino das necessidades* reafirmariam, no âmbito das requisições profissionais atribuídas ao Serviço Social, a condição limitada da assistência social, nesse contexto específico, fortemente atrelada às situações de emergência pós-impacto – ou ao que denominaremos *engodo da emergência*, que facilita a comoção, a sensibilização momentâneas, justificando o apoio residual – em confronto com as conquistas históricas e coletivas experimentadas no campo dos direitos sociais, incluindo os avanços experimentados pela política de assistência social (VARGAS, 2015, p. 134).

Diante das barreiras apresentadas e reforçadas, é importante que estes profissionais estejam atentos para a não retomada de velhas requisições de natureza moralista e higienista, sendo estes traços da gênese do Serviço Social, que retratavam o perfil desta categoria como a profissão da “ajuda”. No contexto das emergências dos desastres, tais práticas podem ser observadas nas campanhas e doações assistencialistas, promovidas muitas vezes por

instituições privadas, que resultam na descaracterização da proteção social como direito.

No intuito de não cair nesse risco sugere-se a aproximação ao debate atual das Ciências Sociais sobre os desastres, para se evitar a aceitação da imposição da racionalidade de que existe uma única forma de conceber desastres e as ações de sua gestão. Esta aproximação permite refletir sobre como será conduzida a prática das assistentes sociais, na perspectiva de promoção dos direitos, em cada uma das fases de proteção e Defesa Civil.

Vargas (2015) aponta que os efeitos do trabalho da assistente social não dependerão exclusivamente de uma condição isolada, mas do conjunto de relações e condições sociais que perpassam a atuação desta profissional, que trabalha comprometida em promover os direitos dos usuários e na garantia da qualidade dos serviços sociais, por meio de uma ação de natureza socioeducativa, em processos de organização social e formação política, a partir da prestação de serviços sociais. Na promoção de direitos, viabiliza o acesso aos meios para que os usuários possam exercê-los, contribuindo para responder às demandas e interesses dos sujeitos sociais no contexto público.

Deste modo, a atuação pode ir mais além, pois as assistentes sociais são capacitados para realizar mediações com o poder público, bem como adotar iniciativas de resgate da identidade individual e coletiva, reprojetoando as atenções da emergência para possibilidades de articulação e mobilização entre a população “vítima dos desastres” e outros atores sociais envolvidos. Essas ações serão possíveis quando na gestão dos desastres for compreendido que as assistentes sociais, assim como outros profissionais da área das Ciências Sociais e Humanas, devem compor as equipes multidisciplinares de proteção e Defesa Civil e fazer parte de todos os níveis de ação desta política pública.

Convocadas para atuar na crise aguda dos desastres, as assistentes sociais, quase sempre, não é parte constitutiva das equipes multidisciplinares de Defesa Civil. Na verdade, compõem outras equipes de outras políticas públicas, principalmente, dos órgãos e serviços relacionados à Política Nacional de Assistência Social.

A Política Nacional de Assistência Social consiste na materialização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993. A legislação deixa claro que a Assistência Social constitui-se como política não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações públicas e da sociedade, tendo a finalidade de prover as necessidades básicas de seus usuários.

Tem como objetivos principais a proteção social, principalmente dos grupos minoritários como famílias, as mulheres, os idosos, as crianças e adolescentes e pessoas com deficiência. As ações da Assistência Social visam à integração comunitária de sujeitos sociais.

No que diz respeito à operacionalização das ações de Proteção e Defesa Civil observa-se que quase sempre os serviços da Política de Assistência Social são acionados, tendo em vista o cumprimento de uma agenda pública de ações de atuação dos profissionais envolvidos antes, durante e depois do impacto que desencadeia o desastre. Dentre esses profissionais, a assistente social que se destaca, levando em consideração o seu arcabouço teórico metodológico, ético-político e técnico-operativo, além de sua capacidade instrumental e de leitura da realidade social.

Nas ações de prestação dos serviços dessa política social, a referência para a ação consiste na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e Emergências faz parte dos serviços de categoria de Alta Complexidade e tem por obrigação promover o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas e “assegurar a realização de articulações e participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para minimização de danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas” (BRASIL, 2014, s.p.).

No conjunto de ações realizadas pelo Serviço Social, observa-se que este profissional, quando convocado a atuar na operacionalização dos serviços da Assistência Social, no contexto dos desastres, acaba adotando medidas que tendem a privilegiar respostas por meio de benefícios eventuais. Nota-se a ausência de trabalhos que articulem as políticas no seu nível estrutural. Desta forma, apoiados na conceituação de desastres pelas Ciências Sociais, o Serviço Social deve se apoiar nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, desempenhando sua instrumentalidade e capacidade de leitura da realidade social. Deste modo, deve promover ações articuladas e socioeducativas com as camadas populares, órgãos representativos e outros atores sociais, tendo em vista a promoção de direitos e a proteção social dos sujeitos sociais.

No caso da Política Nacional de Assistência Social, Dutra (2017) sinaliza que não há regulamentação indicativa de um quantitativo adequado de profissionais que devem ser lotados em órgãos de proteção e Defesa Civil. Esta lacuna se desdobra em dificuldade de avaliar o número adequado e satisfatório de profissionais do Serviço Social, por exemplo, para o atendimento das demandas, bem como para cobrar dos demais órgãos melhorias na constituição das equipes. A autora também destaca que ocorre uma ausência de assistentes sociais nas equipes responsáveis pela gestão de desastres e/ou um número reduzido de Defesas Cíveis municipais com este profissional na composição das equipes.

Como resultado de sua pesquisa, Dutra (2017) observou que é possível que as razões

para esta ausência relacionem-se à estrutura sistêmica da Defesa Civil que, em alguns casos, considera desnecessária a existência de uma maior estrutura interna – que prevê a ausência de determinados profissionais, dentre eles, da assistente social.

De acordo com a pesquisadora, conforme a gravidade do impacto, os recursos mobilizados através dos órgãos de Defesa Civil (municipal, estadual ou federal) não são suficientes para responder devidamente, principalmente na fase aguda do desastre. Em concordância com a pesquisadora, a intenção não é defender a autossuficiência das COMPDEC, mas levando a concepção adotada para este trabalho de que o desastre, enquanto processo, não é responsabilidade única de um ou outro órgão, nem mesmo de uma única política pública.

Dutra (2017) afirma que apesar de concordar com uma estrutura sistêmica de Defesa Civil para o trabalho no campo dos desastres, existem três desafios. O primeiro diz respeito à solicitação de profissionais de outros órgãos vinculados às instituições públicas e privadas, o que não pode ser motivo para o não investimento na estrutura própria da Defesa Civil. O segundo desafio relaciona-se à intencionalidade de se trabalhar a intersectorialidade, mas sendo que esta ainda enfrenta dificuldades fortes para ser efetivada no Brasil. E o terceiro e último desafio trata-se de convocar os profissionais de outras instituições somente na emergência, ou seja, justifica-se que acioná-los é necessário apenas na fase pós-impacto, não resolvendo os impasses e dilemas do cotidiano no contexto dos desastres.

Como apreendido nas considerações de Dutra (2017), bem como nas de Vargas (2015), Valencio (2009) e Siqueira (2015), observa-se que ocorre o predomínio de uma racionalidade objetivista; priorizam-se profissionais das ciências naturais, que se baseiam em uma racionalidade própria dessas áreas, desprezando outras manifestações técnicas e teóricas em relação ao campo dos desastres.

Apesar dessa ausência, em sua pesquisa Dutra (2017) identificou que dentre os 142 municípios brasileiros analisados por ela, 124 afirmaram necessitar da intervenção de assistentes sociais lotados em outros órgãos para apoiar as ações de proteção e Defesa Civil. Os dados corroboram as afirmações anteriores e confirmam que este profissional é solicitado como profissional específico.

É importante ressaltar que, ainda que aumente o quantitativo de assistentes sociais nas equipes de proteção e Defesa Civil, não diminui-se a necessidade de convocação de assistentes sociais de outros órgãos. Na verdade, ampliará a possibilidade deste profissional contribuir, tecnicamente, em todas as ações de proteção e Defesa Civil, ainda que seja de suma importância contar com a convocação e as iniciativas e trabalhos intersectoriais.

Através da pesquisa sobre a atuação do Serviço Social nos desastres, Dutra (2017) confirma que as assistentes sociais são convocadas, majoritariamente, para empregar ações da política de Assistência Social, quase sempre profissionais lotados nas secretarias municipais de Assistência Social.

Após a ocorrência dos impactos, assistentes sociais deixam sua rotina de trabalho para engrossarem as equipes nas diversas emergências que ocorrem todos os anos no contexto nacional. Entre deslizamentos, secas, terremotos e outras situações que geram um grande contingente de desabrigados e desalojados estão assistentes sociais realizando atendimento aos afetados. Conforme abordado anteriormente, a tendência do trabalho de assistentes sociais se concentra nas ações de resposta e de recuperação (DUTRA, 2017, p. 165).

A convocação na fase aguda do desastre de profissionais de outros órgãos para engrossarem as equipes de proteção e Defesa Civil é bastante comum e fundamental para o atendimento aos afetados no contexto de desastres. No caso de assistentes sociais, de acordo com o Código de Ética Profissional, Art. 3º, um dos deveres do/a assistente social consiste em: “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades” (CFESS, 1993, s.p.). Ou seja, independentemente do vínculo institucional e profissional esta atuação está prevista no conjunto de atribuições e competências deste profissional.

Apesar de historicamente este profissional ser convocado para atuar na fase pós-impacto do desastre, sua contribuição não se restringe à resposta e recuperação, mas em todas as fases dos desastres, isto é, desde a preparação até a recuperação ou o pós-impacto. A ausência deste profissional em todas as ações de proteção e Defesa Civil, previstas em lei, pode contribuir para o agravamento das demandas, uma vez que não foram observadas e trabalhadas as condições socioeconômicas e territoriais do local e da população que sofreu o impacto. O desastre como expressão da questão social, na “crise aguda” tem suas demandas intensificadas, ampliando as desigualdades sociais que a população afetada já enfrentava.

Ainda assim, a partir dos serviços de proteção social e de outras políticas públicas, o profissional passa a ser aquele que acompanha e monitora essas populações, e trabalha na fase de resposta e recuperação do desastre, que pode prevalecer como um período longo, considerando o contexto sociopolítico que o desastre aconteceu. A assistente social trabalha a partir de intervenções sociais, encaminhamentos e mediação das questões que se abrem e se aprofundam após o impacto.

No caso da Política de Assistência Social, esta questão torna-se bastante clara considerando as inúmeras dificuldades de recuperação dos bens perdidos, a morosidade para realocação da população desabrigada, o

acompanhamento do aluguel social, entre outras questões que fazem com que a população afetada se torne usuária quase permanente desta política e, conseqüentemente, do Serviço Social. As ações realizadas nesse momento, de acordo com a PNPDEC, constituem-se em ações de recuperação (DUTRA, 2017, p. 166).

A convocação da assistente social para agir na resposta e recuperação dos desastres não deve ser diminuída, levando em consideração que esta profissional deve estar inserida integralmente em todas as fases de proteção e Defesa Civil e, em todas elas sua atuação e visão de mundo podem ser um diferencial na condução da gestão dos desastres. Na verdade, compreende-se que o inserir nas equipes de gestão de desastres proporcionará novas contribuições, um olhar diferenciado e proposições para as ações de proteção e Defesa Civil. Mesmo porque as ações de proteção requerem atuações na prevenção.

A assistente social tem competência para contribuir em todas as fases de gestão de desastres, além da produção científica na área. No entanto, a temática dos desastres ainda é pouco debatida entre a categoria. Segundo Silva et al. (2017, p. 357), uma pesquisa realizada no ano de 2016 comprovou que nem mesmo nos Conselhos da categoria, no portal da CAPES, nos bancos de teses e dissertações dos cursos de pós-graduação do Serviço Social e nos encontros da categoria se encontrava número expressivo de trabalhos que discutissem meio ambiente e desastres.

Através da pesquisa se identificou que, naquele ano, apenas a 7ª Região do Conselho Regional de Serviço Social – Cress (RJ) possuía comissão que discute desastres; a 5ª Região (BA) e 6ª Região (MG) contavam com comissões que discutiam meio ambiente. Os pesquisadores chamam a atenção para o fato da discussão teórica e produção científica acadêmica ainda ser incipiente no Serviço Social, "apesar da atuação da profissão ser convocada a atuar na emergência" (SILVA et al., 2017, p. 357).

É possível afirmar que o campo de atuação que se relaciona ao contexto dos desastres e a política de proteção e Defesa Civil são elementos que compõem a atuação da assistente social, principalmente a gestão dos desastres e suas diferentes etapas. Constata-se que, em primeiro lugar, é necessário se abrir caminhos para a aproximação das Ciências Sociais com o debate dos desastres e, do mesmo modo, o Serviço Social, ampliando espaço para a interlocução com uma nova visão de mundo e abordagem dos afetados. É necessária a construção de novos paradigmas para tratar a gestão de desastres na área do Serviço Social, por isso sugere-se o alargamento deste debate a nível acadêmico e nos órgãos representativos da categoria, bem como a ampliação das pesquisas nas universidades sobre a temática no âmbito da profissão.

### **3.2. A atuação do Serviço Social no contexto das missões humanitárias**

As situações de desastres requerem cada vez mais a presença de assistentes sociais. Ainda que estes profissionais não componham, predominantemente, as equipes das Defesas Cívicas atuam nos desastres ambientais através de órgãos, instituições públicas, privadas e do Terceiro Setor no desenvolvimento de políticas públicas e na viabilização dos serviços previstos nas políticas sociais. O Serviço Social também é convocado a atuar no contexto dos desastres, através das Forças Armadas, para ofertar os serviços de proteção e Assistência Social ao efetivo militar e à população civil.

Como expressão da “questão social”, o desastre vem sendo cada vez mais debatido dentre as diversas áreas do conhecimento. Do mesmo modo, tem sido objeto de estudo para melhor delimitação e sistematização do trabalho das assistentes sociais no planejamento, na gestão e no atendimento em tais processos. Tal desafio nas Forças Armadas levou à organização de vários fóruns com a presença do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

É expressiva a realização do 4º Fórum de Assistência Social do Ministério da Defesa com o tema do trabalho das assistentes sociais nas situações de emergência, desastres e calamidade pública e as formas de enfrentamento a esses acontecimentos no Brasil, por meio das políticas públicas, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro/RJ – quase um ano depois da tragédia no interior do estado. Neste Fórum, o CFESS participou do debate sobre a intervenção profissional em calamidades públicas, considerando que quase todos os anos, em todo país, centenas de cidades sofrem com os mais variados tipos de desastres. O resultado quase sempre é o mesmo, isto é, pessoas mortas e milhares de desabrigados, com graves impactos socioeconômicos e ambientais.

Destaca-se que a categoria foi representada por assistentes sociais do CFESS e da Divisão de Assistência Social do Ministério da Defesa, que puderam tratar do trabalho do Serviço Social das Forças Armadas no cenário pós-impacto dos desastres. O evento representa uma iniciativa de diálogo entre a comunidade acadêmica, CFESS, Governo e Forças Armadas, ressaltando uma discussão interinstitucional para colocar no mesmo nível as ações estratégicas do Serviço Social das Forças Armadas.

No Fórum, como órgão regulamentador da profissão, os representantes do CFESS deram destaque ao art. 3º do Código de Ética Profissional, no qual está registrado o dever das assistentes sociais em participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública. Na época apontaram a incipiente produção científica sobre o tema, que na verdade se traduz numa grande oportunidade de se dar visibilidade ao debate.

Uma das preocupações do CFESS, no que diz respeito ao fazer profissional em casos de tragédias, enchentes, desabamentos e outros eventos é que a prática não recaia no assistencialismo e/ou voluntarismo. Tal preocupação foi salientada neste trabalho, com base nos registros bibliográficos de estudiosos do Serviço Social sobre desastres.

No Fórum, as principais constatações sobre o fazer profissional, no momento do impacto dos eventos extremos, foi que as assistentes sociais das Forças Armadas atuam à frente da gestão dos abrigos temporários, participam e conduzem grupos de discussões sobre a situação ocorrida junto de outros profissionais envolvidos na resposta. Também realizam encaminhamentos para atendimento médico e psicológico, coletam dados sobre as perdas materiais e informações que apoiam na identificação de pessoas desaparecidas e/ou vítimas fatais, assim como orientam a população sobre seus direitos, entre outras atividades.

Para aprofundar a compreensão e delimitação da atuação das assistentes sociais das Forças Armadas, o conjunto CFESS-CRESS realizou um estudo, por meio de entrevistas, com grupo de assistentes sociais da Divisão de Assistência Social do Ministério da Defesa.

Como resultado desse estudo foi identificado que no pós-impacto as ações são orientadas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Resolução nº 109/2009, que define os serviços de proteção em situações de calamidades públicas e emergências. A realização de ações de prevenção, resposta e recuperação foram evidenciadas e reconhecidas como responsabilidade de órgãos de ação suplementar, que trabalham nas ações de resposta, congregando atendimento à sociedade em geral e atendimento específico ao efetivo das Forças Armadas (militares e servidores da Marinha, Exército e Aeronáutica) (CFESS, 2012).

Mesmo com a atuação das assistentes sociais sendo no impacto dos eventos extremos, as Forças Armadas foram identificadas como espaço sócio-ocupacional que tem suas atribuições respeitadas e suas responsabilidades cobradas, sendo possível no pós-impacto atender às demandas imediatas do público demandante. A compreensão foi de que o Serviço Social atua na identificação das vulnerabilidades sociais, que estão quase sempre associadas à ocupação territorial precária, assim contribuindo para o rompimento do ciclo dos desastres. Entretanto, enfatizou-se que o Serviço Social das Forças Armadas trabalha para diminuir as situações de vulnerabilidades de seu pessoal e da sociedade em geral no pós-impacto dos eventos extremos. Ou seja, atua no pós-impacto como força subsidiária, apoiando as Defesas Cívicas.

Estas constatações contribuíram para a regulamentação que reconhece a importância do Serviço Social das Forças Armadas no atendimento à população, quando da ocorrência das

emergências e situações de calamidade pública. Como visto em capítulo anterior, na Portaria nº 1.771 de 16 de julho de 2014 do Ministério da Defesa estabelece, entre as premissas:

[...] c) a atuação do Serviço Social das Forças Armadas é direcionada para os usuários pela Política de Assistência Social das Forças Armadas, **bem como à população brasileira, quando acionada a adesão das Forças Armadas ou por demandas de caráter humanitário no contexto de apoio mútuo das Nações Unidas**, conforme normas pertinentes aos Organismos Multilaterais; d) a atuação do Serviço Social das Forças Armadas **dá-se em caráter subsidiário às ações pertinentes ao executado pelos órgãos governamentais de assistência social da localidade atingida, quando ineficientes, esgotadas ou colapsadas as possibilidades de ação da assistência frente aos requerimentos de proteção e garantia dos mínimos vitais da população afetada**, primando pelas atividades em parceria com as prerrogativas de autoridade coordenadora municipal (BRASIL, 2014, s.p., grifo nosso).

No Brasil, segundo registros reunidos por Dutra (2017), entre as décadas de 1960 e 2010 houve um aumento quantitativo de desastres, seguido de um número expressivo de mortes e pessoas afetadas. Observa-se que são recorrentes desastres relacionados às estiagens, às secas, às inundações bruscas e alagamentos, o que tem provocado a recorrência destes fenômenos ao longo dos anos no território brasileiro.

Apesar da lista que compõe o “orgulho de ser brasileiro” incluir, quase que invariavelmente, o fato de termos sido presenteados com um território no qual não são encontrados vulcões ativos, significativas placas tectônicas em movimento, capazes de causar terremotos de grandes escalas ou tsunamis, isto não expressa a inexistência de desastres. Na medida em que graves manifestações das desigualdades sociais, materializadas em precárias condições de vida de uma parcela significativa da população, alijadas do acesso a direitos de saúde, educação, trabalho, renda, moradia e uma série de outros serviços básicos, se encontram/se alinham aos fenômenos físicos, enchentes, deslizamentos e desmoronamentos passam a gerar um número quase incalculável de mortos, feridos, desalojados e desabrigados todos os anos no território nacional, com consequências cada vez maiores e mais graves (DUTRA, 2017, p. 40).

O aumento dos desastres, mortes e populações afetadas tem levado ao recorrente acionamento das Forças Armadas, principalmente em ações de resgate, de engenharia, de saúde e de Assistência Social (MOREIRA, 2018).

A Defesa Civil na organização de suas ações se caracteriza por aspectos intersetoriais, diante da necessidade da atuação conjunta com várias organizações, originárias de várias áreas e níveis. As Forças Armadas representam uma dessas organizações e, assim, pode envolver a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea. De acordo com Moreira (2018) a prestação do socorro às vítimas dos desastres tem maior efetividade quando acontece maior cooperação e coordenação entre as distintas instituições, organizações e indivíduos

dispostos na resposta aos desastres.

O fato de a convocação das assistentes sociais do COMAER acontecer no impacto ou pós-impacto dos eventos extremos pode apresentar limitações, do mesmo modo que para as assistentes sociais de outros setores públicos, que poderiam ser integradas em todas as fases e ações de proteção e Defesa Civil, mas não são no cotidiano das ações.

De acordo com dados e informações de pesquisa apresentada na seção anterior, por serem convocados somente nas etapas de resposta e recuperação, o Serviço Social de outras instituições públicas tem sua capacidade de trabalho limitada por não identificar sua competência específica no órgão que lhes emprega, pela infraestrutura precária e inexistente, bem como pelas poucas alternativas de serviços e articulação, que são impossibilitadas na gestão dos desastres. E, em geral, é com esses profissionais que as assistentes sociais do COMAER vão atuar de modo complementar.

Este perfil das equipes e a falta de atuação do Serviço Social em todo processo de gestão dos desastres pode comprometer o apoio das profissionais das Forças Armadas, quando acionadas. As assistentes sociais das Forças Armadas dependerão de informações socioeconômicas e comunitárias que podem não estar disponíveis durante as ações de resposta. O trabalho do Serviço Social poderá ter sua capacidade de resposta diminuída, devido a possíveis lacunas em relação à leitura da realidade social, de estudos que viabilizem informações sobre o perfil das populações vítimas dos desastres e à dificuldade de articulação com comunidades que pouco dialogam no seu cotidiano com os diferentes atores sociais.

A falta de informações e de trabalhos técnicos sociais em andamento expõe o Serviço Social ao risco de responder às demandas que a ele chegam de forma pontual e pouco resolutiva. Na verdade, o que acontece é que se adiam problemáticas que levarão longo tempo para que o Serviço Social e os serviços das políticas setoriais consigam solucionar – e essas demandas, se não respondidas, fixam marcas irreparáveis nas populações afetadas.

Para apoiar a descrição sobre o trabalho da assistente social do COMAER no contexto dos desastres, segue-se orientado e embasado nas informações adquiridas em entrevistas com assistentes sociais do Comando da Aeronáutica.

O Serviço Social do COMAER, como parte integrante das equipes desta Força participa das Ações Cívico-Sociais (ACISO), missões humanitárias, catástrofes e nas emergências dos desastres, que correspondem ao impacto do evento extremo, que exigem ações de resposta e recuperação.

A missão das ACISO ou missão de superfície consiste no conjunto de serviços a serem direcionados para civis, que não estão vinculados à FAB, quando as condições geográficas,

territoriais e de transporte não estão disponíveis e/ou em condições de garantir acesso. O Comando da Aeronáutica – COMAER, de acordo com informações levantadas, a partir das ACISO já disponibilizou os serviços de Assistência Social para comunidades ribeirinhas na Amazônia, bem como na cidade de Cáceres, no Mato Grosso, fronteira com a Venezuela, por exemplo. A atuação aconteceu no pós-impacto, após o episódio de alagamentos que acontecem em períodos sazonais nessas regiões.

É importante esclarecer que, no caso dos profissionais do COMAER, estes atuam desde a Amazônia até a base do Campo dos Afonsos, seja em situações de calamidade pública e desastres, seja para o atendimento de militares e civis que compõem a Força.

Os profissionais militares, as assistentes sociais militares, recebem treinamento para poder proceder nestes contextos, mas o protagonismo e condução das ações acontecem pelas equipes locais do município e Estado. A participação de profissionais das Forças Armadas se dá de forma cooperativa para o desenvolvimento nacional e com a Defesa Civil, isto é, trabalham como força subsidiária.

No Brasil as equipes são treinadas desde 2008 para trabalhar em grupos para serem grupos itinerantes, compostos por assistente sociais, peritos ambientais e engenheiros. Além disso, os profissionais do COMAER são incentivados a se capacitar de acordo com as necessidades da própria Força e em interlocução com as universidades. Tais treinamentos e capacitações somam conhecimento e experiência até mesmo para os militares com período de tempo de carreira determinado, que após o tempo de trabalho no COMAER ingressam em outros espaços de trabalho, conforme informações colhidas, com boas colocações.

Dentre as várias missões mencionadas nas entrevistas, em uma delas foi falado da missão na cidade de Belo Horizonte, na qual o Serviço Social elaborou um documento com as atribuições e competências do Serviço Social e quais relatórios o profissional deveria elaborar para prestar conta de suas ações. Dessa maneira, os profissionais têm defendido seu espaço sócio-ocupacional, registrando e esclarecendo as possibilidades e limites de seu trabalho.

Esses registros, se sistematizados, podem contribuir na construção de protocolos e/ou publicações que orientem o trabalho do Serviço Social, quando em contexto de desastres e em atendimento à população civil. Estes documentos também podem ter como base orientadora a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e outros documentos elaborados no âmbito das Defesas Civas e outros órgãos e instituições.

Em relação à convocação das assistentes sociais do COMAER para as missões, estas têm acontecido no âmbito nacional e internacional, onde as Forças Armadas empreendem seu efetivo, sua logística e aparato militar, de saúde e Assistência Social. Nas missões ACISO, de

acordo com Pires e Souza (2018), as assistentes sociais trabalham no mapeamento das vulnerabilidades sociais, que podem estar relacionadas com as condições territoriais, que se precarizadas podem contribuir para a ocorrência de eventos como enchentes, deslizamentos etc. que afetam ou colocam em risco a população. Neste contexto, o Serviço Social emprega serviços que promovam a proteção social e desenvolve ações tendo em vista mitigar os desdobramentos sociais originados nos processos dos desastres.

O emprego das ações do Serviço Social das Forças Armadas e do COMAER, no contexto dos desastres, é possível a partir da articulação entre a Política Nacional de Defesa Civil, as políticas setoriais e a utilização de ferramentas legítimas como o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos em Desastres, além da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do Conselho Nacional de Assistência Social (Resolução nº 109/2009) e a Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 163-1/ 2014, do Ministério da Defesa (PIRES; SOUZA, 2018).

Pires e Souza (2018), assistentes sociais do COMAER, em seu artigo reconhecem o que já foi identificado e explicitado em diversos momentos deste trabalho: que o Serviço Social da Aeronáutica trabalha no pós-impacto dos desastres, por um tempo determinado e com uma função específica a se cumprir.

(...) a atuação das assistentes sociais da FAB em operações se desenvolve por meio da oferta de apoio socioassistencial, em áreas e período previamente estabelecidos, em conformidade com as ações planejadas pelos órgãos governamentais de Assistência Social da localidade atingida, primando pelas atividades em parceria com as autoridades envolvidas e em consonância com as prerrogativas legais na esfera das políticas públicas (PIRES; SOUZA, 2018, p. 7).

A ampliação do trabalho do Serviço Social do COMAER nos desastres ambientais, no âmbito nacional e internacional, justifica-se pelo desenvolvimento histórico brasileiro e da profissão nas Forças Armadas. Segundo Pires e Souza (2018), o desenvolvimento de ações pelo Serviço Social das Forças para as populações civis foi intensificado, principalmente nos anos de 1990, norteado por uma lógica de parcerias com o governo federal e municípios brasileiros. Nos anos seguintes, assistem-se conquistas alcançadas pelo Serviço Social, ao mesmo tempo em que foi constituída a Política de Defesa Nacional para o país, o que redimensionou o espaço sócio-ocupacional da profissão no COMAER (PIRES; SOUZA, 2018).

Vale destacar que a Política de Defesa Nacional (Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005) possui objetivos que o Brasil pretende alcançar em relação à defesa nacional e, na

Estratégia Nacional de Defesa estão traçadas as ações estratégicas, como o próprio nome indica. Ela é o reflexo do envolvimento e mobilização de todos os setores da administração pública e da sociedade em geral.

Os avanços históricos do Serviço Social do COMAER, somados à constituição de uma legislação de defesa nacional e suas respectivas ações estratégicas criaram oportunidades para a categoria ser inserida nas missões ACISO, missões humanitárias e no contexto dos desastres ambientais. Deste modo, é possível afirmar que a mobilização das próprias assistentes sociais, no sentido de afirmar e reafirmar a real função do Serviço Social e sobre o que é esta profissão, contribuiu para a conquista do reconhecimento da sua capacidade de intervenção, para além do atendimento dos usuários do COMAER. Contudo, a proatividade das assistentes sociais não foi a única razão. Na verdade, o momento histórico foi oportuno, pois num breve espaço de tempo situações de calamidade pública, desastres e catástrofes aconteceram no âmbito nacional e internacional, sendo inegável às Forças empregar toda a sua capacidade técnica operacional, inclusive o Serviço Social.

Segundo uma das entrevistadas, nos eventos nos quais o Serviço Social foi convocado para atuar como forças subsidiárias, foram reunidos representantes das três Forças, com representante do Serviço Social do Ministério da Defesa para debater, no âmbito da Comissão de Assistência Social das Forças Armadas – CASFA, questões relacionadas ao Serviço Social. Este espaço já acontece há algum tempo, num formato de Fórum – alguns já citados neste trabalho. Neste diálogo, as assistentes sociais das três Forças defenderam que estavam sendo convocados a atuar através de missões ACISO que as Forças Armadas já realizam em todo Brasil, quando necessário.

Diante do conjunto de informações, reforça-se a capacidade de ação e integração do Serviço Social nas ações de proteção de Defesa Civil. Dentro deste, ou através das equipes gestoras e operacionais das demais políticas, ou por meio das forças subsidiárias, as assistentes sociais podem contribuir de forma ampla. A intervenção do Serviço Social é inspirada num de caráter crítico imbuído de dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política, bem como numa instrumentalidade orientada por seu projeto de profissão, que permite decifrar a realidade socioeconômica das populações a partir dos seus aspectos sócio-históricos e sociopolíticos, e dialogar com os mais diversos atores sociais, criando alternativas e soluções que podem somar com as estratégias de gestão dos desastres.

Diante desta vasta capacidade profissional que revela o que é esta profissão e os limites de sua realização é que se reforça, mais uma vez, a importância deste profissional em todas as ações de proteção e Defesa Civil. Como destacado por Dutra (2017), o Serviço Social

pode ser inserido nas equipes multiprofissionais de Defesa Civil, contribuindo com qualidade técnica nas ações que a gestão pública é voltada para garantir os direitos das populações vulneráveis aos desastres. Os trabalhos das assistentes sociais do COMAER no contexto dos desastres, ainda que nas ações de resposta, acrescentam exemplos da capacidade destes profissionais, demonstrando que no conjunto de técnicas, esta profissão das Ciências Sociais Aplicadas pode acrescentar técnicas e instrumentais de qualidade nas ações das Defesas Civas (VALENCIO, 2009).

### 3.2.1. A atuação do Serviço Social no contexto da missão humanitária no Haiti em 2010

No Haiti, o trabalho do Serviço Social representou uma conquista da categoria na Força para atuar em uma missão, o que representou uma quebra de paradigma, possibilitando a obtenção de um novo olhar sobre como lidar com o próprio efetivo. O Serviço Social do COMAER foi o primeiro, dentre as Forças, a estar numa missão operacional em contexto internacional.

A possibilidade do Serviço Social do COMAER estar numa missão em campo foi levantada quando profissionais perceberam a necessidade de um “elo” entre o militar da missão e as famílias que ficavam no Brasil, de maneira que o militar estivesse bem de um modo geral, principalmente psicologicamente para cumprir sua missão, sem se preocupar com os problemas cotidianos de natureza pessoal, familiar e financeira.

Em relação à promoção dos direitos, o Serviço Social visava garantir os direitos de militares, seus familiares e dependentes. Para alcançar esses objetivos, a equipe do órgão central da Assistência Social entendeu que as profissionais deveriam estar no local das operações, sendo este o espaço onde os contingentes militares operavam as diversas ações e serviços que o COMAER poderia oferecer numa missão humanitária.

As constatações e propósitos traçados levaram o Serviço Social a fazer mobilizações e verificar a possibilidade de executar os trabalhos planejados. Inicialmente, o COMAER enviava grupos de militares, contingentes, para permanecer de seis a oito meses no Haiti. Com o tempo, passaram a enviar para permanência de 30 dias. Não foi possível o Serviço Social acompanhar o primeiro contingente, porém foi no seguinte, representado por uma assistente social.

A equipe do Serviço Social, no início deste trabalho, se organizou em um grupo de quatro assistentes sociais, sendo uma no local das operações, uma no Brasil, no âmbito do órgão superior do Sistema de Assistência Social do COMAER, para recepcionar os

encaminhamentos e outras necessidades de articulação, outra para apoiar os trabalhos e uma assistente social de patente superior para direcionar ao Brigadeiro (militar de maior patente da FAB) as demandas que deveriam ter algum tipo de articulação com o alto comando do COMAER.

Nos primeiros momentos da assistente social no Haiti aconteceram outros pequenos sísmicos (terremotos). No segundo contingente, por designação da chefia da Diretoria de Intendência Nacional, uma assistente social, por ser Tenente Intendente (Oficial com atribuições e competências para trabalhar a preparação da logística das missões militares), foi nomeada chefe da missão, o que aumentou o trabalho sob a responsabilidade do Serviço Social. Além disso, quando a equipe de saúde do Hospital de Campanha (HCAMP) tomou ciência de que havia uma assistente social na missão, solicitou sua integração na equipe. As experiências multidisciplinares no Brasil, onde a assistente social compõe a equipe de saúde, foram suficientes para que os militares do HCAMP fizessem a leitura de que existiam demandas para o Serviço Social.

O Serviço Social no local das operações no Haiti, iniciou seus trabalhos com um planejamento. Entretanto, se deparou com um leque muito mais amplo de questões e demandas que o esperado. O Serviço Social teve que assumir várias frentes de trabalho, sendo algumas delas o trabalho com os militares, articulações de donativos para apoiar a população, encaminhamentos para uma rede social (precária), quase inexistente e totalmente diferente daquela que o Serviço Social dispõe no Brasil. Além dessas atividades, apoiou a equipe de saúde do Hospital de Campanha, como já registrado.

Segundo informações coletadas nas entrevistas, por mais que a assistente social reunisse ideias e saberes para aplicar no processo de intervenção, o cenário de destruição, a falta de estrutura local e as perdas humanas apresentavam aos profissionais questões novas e inimagináveis. Este cenário exigia do profissional proatividade e a consciência sobre como deveria ser a intervenção, para que fosse empregada da melhor maneira possível.

A presença de uma assistente social no local das operações e outra no Brasil permitiu a sistematização do trabalho profissional. Foi possível a elaboração de protocolo de intervenção neste novo espaço sócio-ocupacional, o que era um dos maiores objetivos da missão, em relação ao Serviço Social.

A integração do Serviço Social do COMAER no local de operações numa missão foi pioneira no conjunto das Forças Armadas brasileiras e possibilitou aos profissionais constatarem que era necessário ter uma formação de intendência operacional, isto é, uma formação militar básica. Esta qualificação possibilitou às assistentes sociais ter uma noção do

todo, o que compreendiam ser necessário para o profissional no processo de leitura da realidade social e identificação das demandas, principalmente das demandas reprimidas, quando inseridas no contexto dos desastres.

Sobre os atendimentos realizados, o idioma foi um desafio para o Serviço Social, mas como o país reúne um histórico de ajudas internacionais e missões, foi possível contar com o auxílio de intérpretes para a realização de atendimentos à população.

Os militares apresentavam questões diversas como a distância dos familiares, alguns apresentavam casos de gravidez de risco na família, adoecimento, óbito de entes próximos e a necessidade de resolução de questões financeiras e pessoais. Os militares enviados ao Haiti eram de diferentes COMAERs do Brasil, sendo assim, as demandas eram encaminhadas para o NUSESO da região onde o militar estava lotado e o Serviço Social encaminhava as demandas através de visitas domiciliares e outros instrumentais da profissão.

A experiência do Serviço Social do COMAER na missão humanitária no Haiti, em 2010, representou para os profissionais a importância da integração desta categoria nas missões humanitárias, missões de paz, nos eventos de calamidades públicas, catástrofes e no contexto dos desastres ambientais. As assistentes sociais, ainda que não conhecessem o território e a população, aplicaram sua prática baseadas em seu arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo, comprometidos com seu projeto ético de profissão. Atuaram nas demandas dos militares da corporação, contudo, diante das demandas que se apresentaram no cotidiano da missão, se articularam assumindo um papel fundamental na gestão das ações de resposta e recuperação do evento extremo.

A relevância desta prática foi reafirmada a partir do momento que outros profissionais passaram a requisitar o Serviço Social e a encaminhar à equipe as demandas de sua responsabilidade.

É importante destacar que a assistente social teve papel fundamental como intermediadora entre a população atendida pelos militares do COMAER e as equipes de trabalho. Os depoimentos deixaram claro que foi necessário trabalhar de forma socioeducativa para que os profissionais de saúde, por exemplo, compreendessem os limites culturais e de infraestrutura básica do território para que os usuários seguissem orientações médicas e de saúde.

Observa-se que em vários aspectos se confirma a importância do Serviço Social na equipe da missão e sua integração nas ações de resposta e recuperação. Após a experiência pioneira no Haiti, outras equipes de assistentes sociais foram em outras frentes e se abriu a oportunidade para o debate sobre as assistentes sociais nas missões. De acordo com uma das

entrevistadas, o Serviço Social após a experiência do Haiti ganhou legitimidade neste espaço sócio-ocupacional.

Em suma, esta experiência internacional teve grande importância para a categoria como um todo, mas principalmente para o Serviço Social do COMAER. A integração a esta missão foi uma conquista da categoria na Força, que representa uma quebra de paradigma e a abertura de novas possibilidades e espaços para o Serviço Social nas Forças Armadas e no contexto dos desastres.

### 3.2.2. A atuação do Serviço Social no interior do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2011

Outro desastre representativo no histórico de convocação das Forças Armadas aconteceu no interior do Estado do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como “tragédia da Região Serrana”, que ocorreu em 12 de janeiro de 2011<sup>10</sup>.

A Operação Serrana, como foi chamada pela Força, consistiu numa ação do Ministério da Defesa em apoio à Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo Comando Militar do Leste (RJ), responsável por comandar Marinha, Exército e Aeronáutica.

Além do terremoto no Haiti (2010), no âmbito brasileiro, não se discutia desastres desta dimensão na Força, nem mesmo no Ministério da Defesa. O Serviço Social foi inserido nas ações das forças subsidiárias e desempenhou atividades como acolhimento, contato com as vítimas dos desastres e diagnóstico situacional junto das equipes das Secretarias Municipais de Assistência Social. Contribuiu na identificação, além de “avaliação e intervenção das necessidades urgentes, como a busca por alojamentos e a seleção para recebimento de colchões, cestas básicas, dentre outros gêneros para atendimento das necessidades básicas da população” (PIRES; SOUZA, 2018, p. 8).

Em reforço ao trabalho do Serviço Social do COMAER identificado por Pires e Souza, foram também constatados nos depoimentos para este trabalho a realização de recadastramento das famílias, ferramenta que possibilitou o conhecimento da situação das pessoas e no planejamento da continuidade da ação e as formas de abordagem. Foi organizado um sistema de plantão em barracas, onde de posse dos questionários de cadastros,

---

<sup>10</sup> O desastre no interior do Estado do Rio de Janeiro ocorreu na madrugada de 12 de janeiro de 2011. Atingiu sete municípios, que foram: Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Petrópolis e Teresópolis. É considerado como um dos piores desastres ambientais da história do Brasil, provocado pela combinação de chuvas torrenciais com as condições geológicas específicas da região. Também contribuíram para o deslizamento a ocupação irregular do solo e a falta de infraestrutura urbana. O evento deixou mais de 900 mortos e mais de 300 mil pessoas desalojadas ou desabrigadas. Mais de mil homens de diferentes organizações (Defesa Civil, prefeituras, governos estaduais, Força Nacional de Segurança Pública) foram destacados para atuar na região nas operações pós-desastre (BANCO MUNDIAL, 2012).

anteriormente realizados, estabeleceram-se contatos com as famílias, contribuindo para a análise e delimitação da situação de cada uma delas. A partir deste estudo, muitas famílias foram direcionadas para a inserção no programa do aluguel social, por exemplo.

A equipe do COMAER, em articulação com profissionais da política de habitação, como engenheiros, visitava as áreas atingidas e atendia as famílias, orientando aquelas que se recusavam em abandonar suas moradias. Ou seja, a partir da articulação em equipe e do exercício de algumas de suas competências, o Serviço Social contribuiu para a facilitação do processo de gestão e o atendimento de algumas finalidades de todo trabalho, por exemplo, o processo de retirada das famílias das áreas de risco de forma humanizada. É importante esclarecer que o Serviço Social sozinho não deu conta deste trabalho, mas agregou qualidade a todo o esforço empreendido pelas equipes.

Conforme questionamento apresentado em uma das entrevistas, “será que as equipes de engenharia sozinhas teriam condições de sensibilizar as famílias a abandonarem suas moradias?” – enfatizando a importância do trabalho multidisciplinar. Do mesmo modo, frisou-se a importância do profissional do Serviço Social ser articulado, criativo e proativo não se contentando em apenas cadastrar famílias para receber o aluguel social, mas direcionar seu olhar e ação para o trabalho ativo em campo e de gestão das ações que podem estar sob sua responsabilidade.

A atuação das assistentes sociais, em vários casos brasileiros, como na retirada das famílias das suas casas tem sido problematizada por várias autoras (SIQUEIRA, MENDES, LEMOS, 2016; VALENCIO, 2015; SIENA, 2015), principalmente no que diz respeito à saída voluntária ou involuntária dos sujeitos e as formas de abordagem. Em alguns casos a violência simbólica e material a que têm sido submetidos tem gravemente marcado os sujeitos, merecendo maior atenção e debate na categoria.

No evento no interior do Rio de Janeiro, mais uma vez o Serviço Social do COMAER demonstrou que a capacidade técnica desta profissão pode ser empregada no contexto dos desastres e contribuir de forma ampla. O Serviço Social enquanto profissão generalista, de nível superior, cuja formação capacita seus profissionais para a gestão dos serviços e políticas públicas e programas, pode trabalhar na gestão das ações de proteção e Defesa Civil. Este trabalho pode acontecer de forma direta, quando inseridos nas Defesas Cíveis, ou indireta, como é o caso das assistentes sociais militares que compõem as forças subsidiárias.

### 3.2.3. O trabalho em Cáceres/Mato Grosso no ano de 2012

Os profissionais do COMAER também foram convocados a operar na cidade de Cáceres/MT, no ano de 2012. Trata-se de um município mato-grossense que faz fronteira com a Venezuela. Com o objetivo de garantir o controle da fronteira e coibir o tráfico de drogas e de pessoas na fronteira é que foram empregadas ações das Forças Armadas na região.

Apesar da centralidade da missão, outras problemáticas afetaram a região, que sofria com lacunas na oferta dos serviços de educação e saúde que foram agravadas com as inundações e alagamentos, que ao ocorrer, levaram pertences, inclusive a documentação da população local.

Diante disto, a população também esperava serviços por uma questão cultural e transcultural que a cidade não oferece. No local enfrentavam-se problemas de saúde pública e de violência contra mulher (casos de estupro) relacionados à falta de transporte público, que ocorria no trajeto do deslocamento dos moradores locais por longas distâncias de bicicleta e se desdobrava nos casos de violência.

Casos como o de Cáceres são um desafio para o Serviço Social do COMAER, visto que após o impacto do evento extremo, a equipe social necessitava compreender o contexto socioeconômico onde irá atuar. Conforme observação de uma das entrevistadas, se os órgãos socioassistenciais locais tivessem já desenvolvido diagnósticos situacionais atualizados, facilitaria a atuação das equipes nas intervenções no local das operações, para dar apoio subsidiário. Ou seja, é necessária a articulação intersetorial entre os serviços sociais das Forças Armadas e os órgãos locais, o que exige de ambos o preparo para as situações de desastres. Obter prontamente as informações compiladas e sistematizadas em documentos de fácil acesso pode contribuir para a equipe lidar com as questões relacionadas à perda, por exemplo, enfrentadas nos desastres.

No caso das assistentes sociais do COMAER, assim como os demais militares e representantes de outras Forças, no contexto dos desastres são acionados e alocados em acampamentos e não há tempo hábil para conhecer o território. Logo, “é uma corrida contra o tempo” (assistente social do COMAER entrevistada, 2017); atendem-se civis e militares ao mesmo tempo, pois ambos podem ser vítimas do impacto do evento.

Diante da falta de registros sobre a leitura do território e da população, quando no trabalho de campo, primeiramente realizam um diagnóstico rápido da situação, traçando os pontos de proteção e de apoio. Buscam identificar os meios socioassistenciais que poderão estar trabalhando com as instituições locais, além dos demais profissionais do COMAER que

também atuam na região.

O envolvimento dos profissionais do COMAER regional é fundamental no processo de trabalho, pois se formam equipes multidisciplinares compostas por médicos, assistentes sociais, profissionais de logística, aviadores, profissionais de comunicação e outros que, juntos, trabalham com o objetivo único de atender a população vítima do desastre. Observa-se que toda esta articulação envolve ações intersetoriais e multidisciplinares interna e externamente ao Comando da Aeronáutica.

O evento ocorrido na cidade de Cáceres compõe uma lista de missões que o Serviço Social do COMAER tem sido convocado a atuar. Permite a assistente social refletir sobre sua prática, sistematizá-la e legitimá-la nos novos espaços que passa a ocupar. Além disso, as ações nas missões podem ganhar aspectos humanizados, de acordo com a postura adotada pela assistente social e como sua prática pode influenciar os demais profissionais das equipes em missão.

Em Cáceres, por exemplo, acionaram a universidade e o Centro de Ciência e Tecnologia e escola técnica situados na região. Após um difícil diálogo com a direção da escola conseguiram a cessão de espaço para abrigar as famílias vítimas do desastre.

Logo, observou-se que o trabalho acontece a partir de uma atuação multidisciplinar e intersetorial, tendo o Serviço Social papel fundamental no processo de recuperação do desastre. Observa-se que o trabalho de prevenção, através de estudos sobre o território e a população, bem como o preparo das instituições locais para situações de calamidade pública e/ou desastre é fundamental para o bom andamento do processo de recuperação e resposta.

Para o Serviço Social do COMAER a inserção em novos espaços sócio-ocupacionais tem sido possível pela constante capacitação profissional, o que tem aberto portas para o aprofundamento e diversificação das áreas onde tem sido inserido.

Ainda assim, há o reconhecimento por parte dos profissionais do Serviço Social de que, apesar da legislação reafirmar a necessidade do Serviço Social das Forças Armadas no impacto e/ou pós-impacto, os profissionais das Forças vislumbram a ampliação da atuação da categoria nesse espaço sócio-ocupacional. Além disso, consideram que é necessário divulgar mais ainda a produção do Serviço Social no contexto do COMAER. É importante ressaltar que as legislações existentes, relacionadas à categoria, foram embasadas em registros, trabalhos e discussões entre as assistentes sociais das Forças Armadas e do Ministério da Defesa.

Em eventos extremos que aprofundam desastres como do interior do Estado do Rio de Janeiro, do Haiti e Cáceres, a equipe do COMAER trabalhou através da mobilização dos

recursos e atores sociais das localidades afetadas, complementando a leitura da realidade social e atuando de forma complementar aos demais órgãos locais. Esta é uma especificidade do trabalho das assistentes sociais desse Comando.

## CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES

A leitura da bibliografia das Ciências Sociais e do Serviço Social que embasa a interpretação sobre desastres ambientais, bem como o resgate histórico, documental e relatos sobre o Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER levou a algumas considerações e conclusões para as análises aqui apresentadas.

A principal constatação é de que os desastres estão vinculados a dimensões sócio-históricas, socioeconômicas e sociopolíticas da sociedade e expressa a dinâmica social que a determina.

No que se refere aos espaços sócio-ocupacionais, este estudo identificou que o Serviço Social do Comando da Aeronáutica – COMAER é um espaço sócio-ocupacional que se insere neste contexto. O Serviço Social desse Comando, vem sendo convocado a atuar em períodos de impactos dos eventos extremos relacionados aos processos de desastres. Esta convocação tem levado assistentes sociais a compor as equipes das missões de superfície, ou missões ACISO do Comando da Aeronáutica, missões humanitárias em desastres e situações de calamidade pública em diferentes territórios nacionais e internacionais.

O Serviço Social no âmbito das instituições militares tem levado em consideração o projeto ético-político da profissão. Foi possível entender que o COMAER é um espaço de disputas, onde o Serviço Social tem avançado e sido designado a assumir novas funções, ainda que para cumprir funções de natureza militar. Utilizam-se como oportunidade de reafirmar suas atribuições e compromissos éticos expressos no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão, nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e elaborar competências da profissão em tal espaço de trabalho.

Dentre as três forças das Forças Armadas, o COMAER se destaca como um espaço aonde o Serviço Social vem conquistando autonomia; encontra-se em constante qualificação e diálogo com seus superiores, em meio aos enfrentamentos relacionados à imagem tradicional da profissão e o traço hierárquico característico das instituições militares.

A participação das assistentes sociais do COMAER nos territórios onde ocorreram eventos extremos ainda é pouco conhecida do público em geral. A assistente social está inserida em várias áreas e setores do Comando, em espaços com distintas especificidades e, também, tem sido convocado a compor as equipes ACISO, dentre outras missões. Esta inserção é pouco conhecida por outros profissionais e militares da própria Força, que ainda têm no imaginário que a assistente social vem trabalhando somente para o seu efetivo, o qual atende prioritariamente. No entanto, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, que está à

frente das operações, mobiliza as Forças Armadas e suas equipes, que em sua composição conta com o saber técnico-operacional do Serviço Social.

Destacou-se que a constante convocação vem acontecendo do Serviço Social, representa uma quebra de paradigma para as assistentes sociais do COMAER, uma vez que tem sido inserido com mais regularidade no contexto dos desastres.

Observou-se que ao longo da exposição dos conteúdos, a sistematização do exercício e das reflexões das profissionais contribuiu para a conquista de novos espaços sócio-ocupacionais para o Serviço Social. Este trabalho inseriu a assistente social nas operações das missões, permitindo ter um novo olhar sobre os militares e populações. O trabalho de sistematização e definição de diretrizes para o Serviço Social, elaborada pelo corpo de assistentes sociais e assumida pela corporação, permitiu orientar e planejar os trabalhos sociais no contexto dos desastres.

Sugere-se a abertura de espaço para o Serviço Social nas equipes multidisciplinares de Defesa Civil e/ou uma maior aproximação com os profissionais assentados em outros órgãos, no âmbito municipal, como é o caso do Serviço Social das Forças Armadas e, conseqüentemente, do Comando da Aeronáutica.

O propósito é enriquecer a dimensão social do trabalho, a abordagem às populações vítimas e qualificar as estratégias de trabalho através de técnicas operacionais provenientes das Ciências Sociais.

O Serviço Social pode somar no avanço do debate sobre desastre por compreender a temática como um recorte da realidade e expressão da “questão social”, que emerge no conjunto de desigualdades sociais da sociedade capitalista.

Por fim, é importante que a assistente social seja protagonista de processos participativos, buscando garantir voz e vez às populações afetadas ou que podem ser afetadas por desastres. Avalia-se que deve incentivar a criação de espaços coletivos, a legitimação das conquistas adquiridas, a abertura dos espaços de diálogo sobre desastres e o nivelamento das informações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social - Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001. 248p.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008, 303p.

BEHRING, Elaine Rossetti, BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5ª edição, São Paulo: Cortez, 2008 ( Biblioteca básica de serviço sócia; v.2).213p.

BOSCHETTI, Ivanete. *O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado*. Conferência Mundial de Serviço Social, Salvador, 2008.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 24 de fevereiro de 1891.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. .16 de julho de 1934.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.112. Regime Jurídico dos servidores públicos, das autarquias e das funções públicas federais. Brasília: Presidência da República, 11 de dezembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.745. Dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.. Brasília: Presidência da República, 09 de dezembro de 1993.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.484. Política Defesa Nacional. Brasília: Presidência da República, 30 de junho 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.608. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Brasília: Presidência da República, 10 de abril de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.977. Programa Minha Casa, Minha Vida – PCMV e a regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas. Brasília: Presidência da República, 07 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_. *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 22 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_.Portaria Normativa nº 1.173. Política de Assistência Social das Forças Armadas. Brasília: Ministério da Defesa, 06 de setembro de 2006.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Na década de 40, criação do Ministério da Aeronáutica impulsionou a aviação brasileira. Agência Força Aérea, 2013. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/13921/72-anos---Na-d%C3%A9cada-de-40,-cria%C3%A7%C3%A3o-do-Minist%C3%A9rio-da-Aeron%C3%A1utica-impulsionou-a-avia%C3%A7%C3%A3o-brasileira>. Acesso em 25 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA DEFESA. Decreto 6.703. *Estratégia Nacional de Defesa*.

Brasília: Ministério da Defesa, 18 de dezembro de 2012..

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. As mulheres nas Forças Armadas brasileiras. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/plano-nacional-de-acao-sobre-mulheres-paz-e-seguranca/14062-as-mulheres-nas-forcas-armadas-brasileiras>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

CALÇADO, Jarbas Anísio dos Reis. O Serviço Social na Força Aérea Brasileira. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro Socioeconômico – Departamento de Serviço Social – UFSC, Florianópolis, 2008

CAVALCANTI, Fontenele Ludmila et. al. (org.). *Política de Assistência Social no Brasil : desafios para o assistente social*. 1ª Edição, Public Editora, 2007

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de ética profissional do assistente social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão*. Brasília: CFESS, 2012. 20 p.

\_\_\_\_\_. *Carta de Manaus: por uma política econômica a serviço dos direitos sociais*. Manaus: CFESS, 2005. 2p.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Resolução nº 109. Brasília: MDS, 2009. 47 p.

DUTRA, Adriana Soares. *Gestão de desastres e Serviço Social: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e Defesa Civil*. Rio de Janeiro, 2017. 255 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Curso de Serviço Social – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

FORTI, Valéria. *Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 296 p.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques Política Urbana e Serviço Social. Estudos de Política e Teoria Social: 30 anos do curso de pós-graduação da ESS/UFRJ. *Revista Praia Vermelha* 16 e 17 Rio de Janeiro: Faperj, v. 1, n. 1, p. 176-227, 1º e 2º semestre. 2007.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. 2ª. ed. – São Paulo: Cortez, 1999. 288. p.

GUIVANT, Júlia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica nas Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, n.46 , p. 3-38, jul-dez. 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2001. 328 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 17ª edição, São Paulo, Cortez, 2005. 400 p.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social em tempo de Capital Fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez Editora. São Paulo. 2008. 496 p.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília CFESS/ABEPSS, Conselho FFISS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 256 p.

JANCZURA, Roseane. *Risco ou vulnerabilidade social?* Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n.2, p.301-308, ago/dez, 2012.

MARANDOLA, Eduardo Junior, HOHAN, Daniel Joseph. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. Florianópolis: Geosul, v. 19, n. 38, p 25-58, jul./dez. 2004.

NAÇÕES UNIDAS. Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 – 2030, 2015. Assembleia Geral, 2015. Disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/Marco/MarcodeSendaiPortugues.pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

MARTINS, Aline Carvalho. *Risco social: terminologia adequada para a proteção social e garantia de direitos?* *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ*. Rio de Janeiro: Em Pauta, n.29, v.10, p. 85-99. 1º semestre, 2012.

MENDES, José Manuel; TAVARES, Alexandre Oliveira. Risco, vulnerabilidade social e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Reuves.org. p. 05 – 08. Edição 93, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Nádia Xavier. Uma análise do relacionamento da Equipe de Assistência Social da Marinha do Brasil e agências envolvidas na resposta a desastre no Brasil – O caso de Nova Friburgo. *O Social em Questão*. Ano XXI, nº 40, p 1- p 22, jan a abr. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 5ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2006. 165. p.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010. 424 p.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. Porto Alegre: Textos & Contextos, v12, n. 1, p. 196-212, jan/jul. 2013.

ORTIZ, Fátima Grave. *O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. 226 p.

PASTORINI, ALEJANDRA. *A categoria “questão social” em debate*. 3ª Ed., São Paulo, Cortez, 2010. 124 p.

PIRES, Geisiane Rosa de Souza, SOUZA, Lilian Angélica da Silva. Operações militares: o que o Serviço Social tem com isso? Revista Silva. 2018 Disponível em: <<http://www.revistasilva.cep.eb.mil.br/pt/edicao-atual/2-uncategorised/40-operacoes-militares-o-que-o-servico-social-tem-a-ver-com-isso>>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

QUARANTELLI, Enrico Louis. Uma agenda de pesquisa do século 21 em Ciências Sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. *O Social em Questão*. Rio de Janeiro, 1, 25-56p., 2015.

REIS, Maurício Cortez. Como as condições do mercado de trabalho influenciam as transições do desemprego para o emprego? *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ministério do Trabalho. Ano 23, outubro, 2017.

SANTOS, Angélica; BARROS, Airton Bodstein. *A inserção sócio-ocupacional do Assistente Social em equipes multiprofissional da Defesa e Segurança Civil*. I Congresso Brasileiro de Redução de Riscos de Desastres: “Gestão Integrada em RRD no Brasil e o Marco de SENDAI para Redução do Risco de Desastres 2015 -2030”. Curitiba, 2016.

SIENA, Mariana. A vulnerabilidade social diante das tempestades: da vivência dos danos na moradia à condição de desalojados/ desabrigados pelo recorte de gênero. In\_\_et al.(org.). *Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. 280p. p.69-79.

SIQUEIRA, Antenora. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. In \_\_\_et al. (Org). *Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para análise de casos concretos*. São Carlos: Rima Editora, 2015. 512 p. p. 57-75.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; BERNARDO, Alessandra Nascimento. Desastres ambientais: debates conceituais e desafios profissionais. In: *XV Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social: Formação e trabalho profissional-reatfirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS*, 2016, Ribeirão Preto: ABEPSS, 2016. v. 1. 52p.-62p.

SILVA, Maria Salete da, MATTEDI, Marcos Antônio., AVILA, Maria Roseli Rossi. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Scielo. n. 129, p. 343- 365, maio/ago, 2017.

SILVA, Anália Barbosa; SILVA, Diego Tabosa da.; JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. *4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*. 80 anos de Serviço Social – tendências e desafios. Belo Horizonte: CRESS-MG, 2016. 1p-14p.

SILVA, Rita Emília Alves da. *Serviço Social da Força Aérea Brasileira: A política de defesa nacional e as novas requisições para a profissão no espaço militar*. Rio de Janeiro, 2018. 307 p. Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Serviço Social – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.

VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da

interpretação sociológica na análise de fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO et al (org) *Sociologia dos Desastres construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Editora: Rima, 2009 (a). 282p. 3-18 p.

VALENCIO, Norma. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO et al (org) *Sociologia dos Desastres construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Editora: Rima, 2009 (a). 282p. 34-47 p.

VARGAS, Dora. Reino das necessidades versus reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres. In: SIQUEIRA et al. (Org). *Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para análise de casos concretos*. São Carlos: Rima Editora, 2015. 512 p. p. 123 – 140.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 5ª edição, São Paulo, Cortez, 2006. 256. p.

ZACARON, Sabrina Silva. *O Serviço Social no Comando da Aeronáutica: reflexões sobre o Projeto Profissional e a atuação do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional*. 1ª Edição, Curitiba, Editora Prismas, 2016.202p.

## ANEXOS

### ANEXO I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA QUALITATIVA

#### Questionário de Pesquisa Qualitativa – equipe do Serviço Social

Data:

Entrevistado:

Tempo de atuação:

Atuou em desastres: ( ) sim ( ) não

Ano de formação:

Pós-graduação:

Instituição de formação:

Lotação:

1. Comente sobre a sua trajetória na aeronáutica e como, nessa trajetória, se deu a experiência em desastres.
2. Qual a composição da equipe de trabalho? Quantos assistentes sociais compõem a equipe?
3. Quais as suas principais atividades realizadas no seu cotidiano de trabalho?
4. Quais as principais atribuições de assistentes sociais que atuam junto à Força Aérea e às Forças Armadas?
5. Em que momento os assistentes sociais da Força Aérea e/ou das Forças Armadas são convocados para atuar nas áreas de risco e desastres? (é possível assinalar mais de uma opção)
  - a. ( ) Prevenção
  - b. ( ) Mitigação
  - c. ( ) Preparação
  - d. ( ) Resposta
  - e. ( ) Recuperação
6. Há convênio formal estabelecido para a atuação de assistentes sociais lotados em outros órgãos ou instituições na Aeronáutica? Se não, como se dá essa mobilização para o trabalho na gestão de desastres?
  - a. ( ) sim b. ( ) não
7. Como é o trabalho dos assistentes sociais na área de gestão de desastres (detalhar competências, atividades etc.)?
8. Na atuação em desastres, a Sra. identifica diferenças do trabalho da assistente social para o trabalho desenvolvido por outros profissionais? Caso sim, quais?
9. Quais as principais motivações para a realização do seu trabalho coma assistente social? (pode assinalar até 03 opções)
  - a. ( ) Demanda institucional b. ( ) Ajuda ao próximo c. ( ) Compromisso profissional d. ( ) Questão pessoal
  - e. ( ) Compromisso com as Forças Armadas f. ( ) Patriotismo g. ( ) Compromisso com o Projeto ético-político profissional h. ( ) Outros: \_\_\_\_\_
10. A Sra. se utiliza de referências teóricas para realização do seu trabalho? Cite as principais.
11. A Sra. e/ou outros assistentes sociais da equipe têm buscado capacitação profissional? De que forma?
12. A equipe do Serviço Social tem buscado se instrumentalizar para trabalhar na gestão de desastres?
13. Qual o seu entendimento sobre desastres?

14. A Sra sente a necessidade de outros profissionais na equipe?
15. Caso pudesse escolher, quais seriam os profissionais (de que formação) que a Sra. escolheria?
16. Como a Sra. descreveria a instituição da Força Aérea Brasileira e as Forças Armadas?
17. O que a Sra. conhece da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil? Qual a sua avaliação sobre a ela?
18. A Sra. atuou em algum programa social e/ou missão humanitária? Qual? Se sim, relate sua participação:  
( ) Programa Social Renascer ( ) Programa Segundo Tempo ( ) missão humanitária no Haiti ( )  
missões na Região Serrana - 2011 ( ) outros \_\_\_\_\_
19. Após a participação do Serviço Social nesses programas e/ou missões, a Sra. avalia que a profissão conquistou novos espaços e legitimidade na corporação?
20. Como a Sra. avalia a importância da intersetorialidade para o Serviço Social da Aeronáutica?
21. Quais os principais avanços e conquistas do Serviço Social da Força Aérea Brasileira e das Forças Armadas em termos de atuação em desastres?

**ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Universidade Federal Fluminense**  
**Mestrado em Defesa e Segurança Civil**  
**Pesquisador(a): Angélica Pires Belchior dos Santos**  
**Tema da pesquisa: A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA FORÇA**  
**AÉREA BRASILEIRA – FAB NOS DESASTRES AMBIENTAIS**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA – FAB NOS DESASTRES AMBIENTAIS”, desenvolvida para elaboração de dissertação, do curso de mestrado em Defesa e Segurança Civil da Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ. Esta pesquisa tem por principal objetivo desvendar a relação do Serviço Social da Força Aérea Brasileira – FAB com a dinâmica processual dos desastres ambientais, visto que esta se trata de uma profissão atuante nos diversos territórios e com as mais variadas populações que podem ser afetadas pelos fatores diversos que geram o desastre.

Sua participação não é obrigatória e ocorrerá através de entrevistas, fornecendo informações referentes à temática destacada anteriormente. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Federal Fluminense.

As informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais e seu arquivamento será feito pelo pesquisador do projeto.

Os dados coletados serão analisados e poderão ser publicados de modo a propiciar um processo de divulgação e debate dos resultados obtidos. Esta divulgação não ameaçará o sigilo das informações, uma vez que ocorrerá de forma, predominantemente, agregada, ou recorrerá a nomes fictícios. Somente serão identificados os sujeitos que manifestarem sua autorização neste sentido, o mesmo ocorrendo com imagens pessoais, registradas através de fotos e/ou filmagens. Uma cópia do relatório final da pesquisa ficará disponível na instituição.

Você receberá uma cópia deste termo e poderá esclarecer qualquer dúvida com o próprio pesquisador.

**CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro que entendi a proposta da pesquisa e aceito participar da mesma. Esclareço também que:

**Permito**    **Não permito** – a referência a meu nome com um dos sujeitos pesquisados

**Permito**    **Não permito** – a utilização e divulgação de fotos com imagens pessoais e/ou cedidas por mim.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018.

---

Assinatura do entrevistado

---

Assinatura do pesquisador

---

Testemunha